



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOÉTICA

**Bioética e Escuta: Sofrimentos anunciados nas rodas de conversas com
estudantes secundaristas do ensino público do Distrito Federal - Brasil.**

Ana Júlia Tomasini,

2022.

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOÉTICA**

ANA JÚLIA TOMASINI

**Bioética e Escuta: Sofrimentos anunciados nas rodas de conversas com
estudantes secundaristas do ensino público do Distrito Federal - Brasil.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Bioética da Faculdade de Ciências da Saúde da
Universidade de Brasília (UnB) para obtenção do
título de Doutora em Bioética.

Orientadora: Marianna Assunção Figueiredo Holanda.
Co-orientadora: Rita Laura Segato.

**BRASÍLIA,
2022.**

Nome: Ana Júlia Tomasini. **Título:** Bioética e Escuta: Sofrimentos anunciados nas rodas de conversas com estudantes secundaristas do ensino público do Distrito Federal. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Bioética da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (UnB) para obtenção do título de Doutora em Bioética.

Aprovada em ____ de _____ de 2022.

Banca Examinadora

Prof. Dr^a. Marianna Assunção Figueiredo Holanda – UnB (Presidente)

Prof. Dr. wanderson flor do nascimento – UnB (Membro Interno)

Prof. Dr^a. Andréa Leite Ribeiro – Ministério da Saúde (Membro externo)

Prof. Dr. Luís Augusto Ferreira Saraiva – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Membro Externo)

Prof. Dr. Natan Monsores de Sá – UnB (Suplente)

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Tb Tomasini, Ana Júlia
Bioética e Escuta: Sofrimentos anunciados nas rodas de
conversas com estudantes secundaristas do ensino público do
Distrito Federal. / Ana Júlia Tomasini; orientador Marianna
Assunção Figueiredo Holanda; co-orientador Rita Laura
Segato. -- Brasília, 2022.
109 p.

Tese(Doutorado em Bioética) -- Universidade de Brasília,
2022.

1. Juventude. 2. Modernidade. 3. Sofrimentos. 4.
Drogas. 5. Suicídio. I. Holanda, Marianna Assunção Figueiredo
, orient. II. Segato, Rita Laura, co-orient. III. Título.

Dedico esta tese à juventude brasileira.

Que o novo sempre vem.

AGRADECIMENTOS

Esses últimos quatro anos do processo de doutoramento em Bioética, que vivenciei, foram interpelados por um governo de extrema direita e uma pandemia, mas também atravessados por afetos e lutas.

Muitas vezes as palavras se apresentam para nós como uma roupa, que não sabemos explicar, mas cabe perfeitamente, como se fosse confeccionada à medida para nós. Por outras vezes, as palavras são roupas, que como o passado, nos ensina Belchior: não nos serve mais. Acredito que agradecer em palavras é como tentar colocar essa roupa. Mas mesmo assim, eu vou tentar...

Agradeço imensamente a presença constante de meus familiares próximos nessa caminhada. Para vocês, todo o meu amor. Obrigada por criarem as condições materiais e simbólicas para que eu realizasse esse caminho. Sem vocês não seria possível. Cito aqui as influências e referências diretas na construção dessa tese:

Agradeço a todos e todas os estudantes do *Curso Saúde e Segurança na Escola* pela oportunidade de aprender, conviver, escutar, chorar, brincar, cantar, dançar e juntos segurar o céu! A minha parceira Maria Laura Alves de Moura Romero por nossa amizade, afeto e companheirismo. Eu te amo e te admiro, minha amiga querida. Obrigada por tanto.

Agradeço imensamente a orientação de Marianna Assunção Figueredo Holanda e Rita Laura Segato, pelo acolhimento sensível das ideias, das inquietações e por representarem tanto na construção de novos caminhos que almejamos para uma construção de uma sociedade mais justa. Vocês são referências e exemplos dentro e fora da Universidade. Obrigada por me orientarem além da tese para um giro existencial na vida.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Bioética, especialmente aos professores e professoras: Volnei Garrafa, wanderson flor do nascimento, Daniela Gontijo, Natan Monsores, Camilo Manchola e aos companheiros bioéticos: Luís Ferrara, Luana Lima, Andréa Leite, Ariadne Branco, Artur Mamed e Mariana Siqueira por todo o aprendizado e luta que apresentam e representam dentro e fora da

Universidade, ensinando assim que outros mundos, inclusive acadêmicos, são possíveis.

Agradeço a Sociedade Brasileira de Bioética do Distrito Federal por toda a construção coletiva e aprendizado.

Agradeço a Fundação Oswaldo Cruz pela oportunidade de trabalhar junto ao Programa Educação Cultura e Saúde (PECS) na realização do Curso Saúde e Segurança na Escola e nas demais oportunidades de aprender que a saúde é política. Agradeço a Luciana Sepúlveda, Maria Regina Padrão, Douglas Silva, Renata Bernardes, Alexandro Pinto, Aline Guio.

Agradeço a Liga Acadêmica de Bioética e Direitos Humanos (LIABDH) e a todos e todas ligantes que auxiliam não só em uma compreensão e reflexão constante sobre bioética e direitos humanos, mas sobre a importância do coletivo e da realização.

Agradeço as todas minhas amigadas que me constituem. Agradeço a Izabela Caixeta Amaral e Raquel Kojoroski pelo debate constante e presente de ideias, teorias e caminhos. Ao Pedro Coutinho Mendonça pela revisão minuciosa e bem-humorada dos textos. A Felipe Medeiros Pereira e Jocelina Laura de Carvalho Segato pelas construções bioéticas e pelos cruzamentos de vida. Agradeço a Julia Jabur e Dayana Aguiar pela força, amizade, cuidado e carinho.

Agradeço ao Café Geográfico: Ananda de Andrade e ao Octávio Schwenck, pelo dia-a-dia de trocas virtuais, ambientais, viscerais. Obrigada pela partilha sincera sobre nós, por vezes alegre, outras doloridas, mas sempre presentes e potentes.

Ao meu amor Paulo Pinheiro. Por estar comigo em todos os momentos, em todas as horas e em todos os sentidos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

¿Qué les queda por probar a los jóvenes
en este mundo de paciencia y asco?
¿sólo grafitti? ¿rock? ¿escepticismo?
también les queda no decir amén
no dejar que les maten el amor
recuperar el habla y la utopía
ser jóvenes sin prisa y con memoria
situarse en una historia que es la suya
no convertirse en viejos prematuros

¿qué les queda por probar a los jóvenes
en este mundo de rutina y ruina?
¿cocaína? ¿cerveza? ¿barras bravas?
les queda respirar / abrir los ojos
descubrir las raíces del horror
inventar paz así sea a ponchazos
entenderse con la naturaleza
y con la lluvia y los relámpagos
y con el sentimiento y con la muerte
esa loca de atar y desatar

¿qué les queda por probar a los jóvenes
en este mundo de consumo y humo?
¿vértigo? ¿asaltos? ¿discotecas?
también les queda discutir con dios
tanto si existe como si no existe
tender manos que ayudan / abrir puertas
entre el corazón propio y el ajeno /
sobre todo les queda hacer futuro
a pesar de los ruines de pasado
y los sabios granujas del presente.

Mario Bendetti, 2011.

O que lhes resta por provar aos jovens
neste mundo de paciência e asco?
Somente grafite? Rock? Ceticismo?
Também lhes resta não dizer amém
não deixar que lhes matem o amor
recuperar a fala e a utopia
ser jovens sem pressa e com memória
situar-se numa história que é a sua
não se converter em velhos prematuros.

O que lhes resta por provar, aos jovens,
neste mundo de rotina e ruína?
Cocaína? Cerveja? Torcidas fanatizadas?
Resta-lhes respirar / abrir os olhos
descobrir as raízes do horror
inventar a paz de qualquer maneira
Entender-se com a natureza
e com a chuva e os relâmpagos
e com o sentimento e com a morte,
essa louca de atar e desatar.

O que lhes resta por provar, aos jovens,
neste mundo de consumo e fumaça?
Vertigem? Assaltos? Discotecas?
Também lhes resta discutir com Deus
se ele existe ou se não existe
estender mãos que ajudam / abrir portas
entre o coração próprio e o alheio /
acima de tudo, resta-lhes fazer futuro
apesar dos perversos do passado
e dos sábios canalhas do presente.

Mario Benedetti, 2011 - Tradução da autora.

RESUMO

A proposta nesta pesquisa é compreender sofrimentos da juventude a partir de dois fenômenos: os usos de drogas e o suicídio. Por meio da Bioética e da Escuta, a proposta é analisar a relação desses sofrimentos e das estruturas formadoras do Estado brasileiro moderno. É uma pesquisa qualitativa realizada durante o Curso Saúde e Segurança na Escola, no ano de 2019, que teve como objetivo dialogar com 56 estudantes secundaristas da rede pública de ensino do Distrito Federal sobre a prevenção ao uso de álcool e outras drogas e sobre o suicídio. Durante esses diálogos, as narrativas dos estudantes mostraram questões que geram sofrimentos cotidianos e que estão relacionadas as estruturas do Estado como o racismo, o patriarcado e a militarização da vida. Como considerações, a importância de compreender o sofrimento, não apenas como uma problemática individual, mas enquanto uma consequência do sistema mundo moderno capitalista, pois a compreensão de que o sofrimento é coletivo mostra a face política da problemática sobre a saúde mental da juventude brasileira e busca meios de enfrentamento para essa questão.

Palavras-chave: Juventude; Modernidade; Sofrimentos; Drogas; Suicídio.

ABSTRACT

The aim of this research is to understand the suffering of youth based on two phenomena: drug use and suicide. Through Bioethics and Listening, the proposal is to analyze the relationship between these sufferings and the forming structures of the modern Brazilian State. This is a qualitative research conducted during the Health and Safety at School Course, in the year 2019, which aimed to dialogue with 56 high school students from the public-school network of the Federal District about the prevention of the use of alcohol and other drugs and about suicide. During these dialogues, the students' narratives showed issues that generate daily suffering and that are related to state structures such as racism, patriarchy, and the militarization of life. As considerations, the importance of understanding suffering, not only as an individual problem, but as a consequence of the modern capitalist world system, because the understanding that suffering is collective shows the political face of the problematic about the mental health of Brazilian youth and seeks ways to confront this issue.

Keywords: Youth; Modernity; Suffering; Drugs; Suicide.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01-Curso Saúde e Segurança na Escola	39
Figura 02-Etapas Curso Saúde e Segurança na Escola	42
Figura 03-Curso Saúde e Segurança na Escola	52
Figura 04-O Pacto de Convivência.....	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Os módulos do Curso Saúde e Segurança na Escola.....	41
Quadro 02 - Curso Saúde e Segurança na Escola.....	59
Quadro 03 - Palavras Sobre o Suicídio	75

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Regiões participantes do Curso Saúde e Segurança na Escola.....54

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Fundamentação Teórica	18
Colonialidade, Racismo e Sofrimento	19
Aspectos Bioéticos	23
Drogas	23
Suicídio	29
O Pluralismo Bioético e a Bioética de Intervenção.....	33
ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	36
O Campo e as Fontes: O Curso Saúde e Segurança na Escola.....	38
As Escolas	43
A Equipe	45
O Comitê de Ética	47
Estrutura da pesquisa	47
CAPÍTULO 1 – Entrando na Roda	50
1.1 A Guerra às Drogas e as Políticas Espaciais: Aqui é Alphaville, mano.....	51
1.2 Racismo e Proibicionismo	56
1.3 Reflexões acerca da Economia de Drogas	62
CAPÍTULO 02 – A Geopolítica do Silêncio: Paz sem Voz é medo.....	64
2.1 O Mandato da Masculinidade	64
2.2 O Suicídio	69
2.3 O Silenciamento.....	74
CAPÍTULO 03 – Bioética e Escuta: Por uma desmilitarização da vida	78
3.1 A militarização das escolas	78
3.2 A militarização da vida	85
3.3 Escuta e Bioética	88
CONSIDERAÇÕES.....	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97

Poeta, em que medita?
Por que vives triste assim?
É que eu a acho bonita
E você não gosta de mim.
Poeta, tua alma é nobre
És triste, o que o desgosta?
Amo-a. Mas sou tão pobre
E dos pobres ninguém gosta.

Poeta, fita o espaço
E deixa de meditar.
É que... eu quero um abraço
E você persiste em negar.
Poeta, está triste eu vejo
Por que cisma tanto assim?
Queria apenas um beijo
Não deu, não gosta de mim.

Poeta!
Não queixas suas aflições
Aos que vivem em ricas vivendas
Não lhe darão atenções
Sofrimentos, para eles, são lendas.

Carolina Maria de Jesus, 1971.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa objetiva escutar sofrimentos vivenciados na juventude por meio de dois fenômenos sociais: o uso de drogas e o suicídio. A partir da Bioética de Intervenção e da Antropologia por Demanda, o objetivo é compreender como essas questões são percebidas pelos jovens em seus cotidianos. O campo da pesquisa ocorreu durante a realização do Curso Saúde e Segurança na Escola, que teve como objetivo formar 56 estudantes de oito escolas públicas do Distrito Federal (DF) como facilitadores e protagonistas do debate sobre a Prevenção de Álcool e Outras Drogas no ambiente escolar. Realizado no período de 26 de agosto a 02 de dezembro de 2019 pela Fundação Oswaldo Cruz - Brasília (Fiocruz) e pela Universidade de Brasília (UnB) em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJ) por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) e a Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF).

A preocupação com as políticas públicas sobre a Juventude e Saúde Mental relacionam-se com os dados de homicídios, encarceramento, suicídio, e demais violências e mortes evitáveis¹ que acometem cada vez mais jovens brasileiros. São consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos segundo a Lei 12.852 de 05 de dezembro de 2013, que institui o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE) e discorre sobre o Estatuto da Juventude (1).

O Relatório Mundial sobre Drogas de 2020 relata que jovens são os maiores consumidores destas substâncias em escala mundial, e também quem mais fazem uso em excesso das mesmas (2). No Brasil essa é a faixa etária, que mais faz uso de drogas segundo o III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira (LNUD) publicado em 2017, pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) (3).

Além das consequências do uso prejudicial das drogas, que podem ocasionar a dependência química, outros sofrimentos e a morte, a *Guerra às Drogas* tem efeitos danosos para a Juventude. Essa guerra corresponde ao enfrentamento armado da

¹ Compreendemos como mortes evitáveis as que ocorrem por violências autoprovocadas e também as mortes violentas intencionais - categoria técnica da Segurança Pública para identificar mortalidade por tipos de crime: homicídio doloso; feminicídio; latrocínio; lesão corporal seguida de morte; e mortes decorrentes de intervenção policial.

Segurança Pública do Estado Brasileiro no combate ao tráfico de drogas. Essas ações contribuem para o encarceramento em massa, especialmente dos jovens negros. Dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias mostram que no período de julho a dezembro de 2020, 29,91% das prisões se relacionavam com as leis sobre drogas, configurando o tráfico de drogas como o segundo tipo penal com maior incidência nos presídios, o primeiro refere-se aos crimes contra o patrimônio. Na população carcerária feminina, o tráfico de drogas é responsável por 56,16% das prisões (4).

A abordagem policial é outra questão muito importante na Guerra às Drogas. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, no ano de 2020, 98,4% das vítimas dos homicídios executados pelos agentes da Segurança Pública Brasileira eram homens, 78,9% das vítimas eram negros e 76% das vítimas tinham entre 0 e 29 anos (5). De acordo com o Anuário

O acesso a direitos civis, os mais fundamentais, é tão regulado por marcadores sociais da diferença (raça, classe, gênero, sexualidade, idade, deficiência), que tais representações legitimam mortes, majoritariamente de jovens negros e pobres como se não houvesse direito a não-discriminação, à vida e à integridade física no país. Existe reconhecimento formal dos direitos civis, políticos e sociais destes grupos na letra da lei, mas o abismo entre a formalidade legal expressa no papel e a efetivação real de tais direitos permanece imenso (p.68) (5).

Esses dados são também realidade do sistema prisional brasileiro. No ano de 2020, 66,3% da população carcerária era negra e 48,6% tinham entre 18 e 29 anos. (p. 213). Sobre a mortalidade na infância e adolescência “*Em todos os grupos etários os maiores percentuais são de vítimas negras. [...] e na faixa etária entre 15-19 anos os negros representam 80% das vítimas*” (p.230) (5). Estes dados mostram que os maiores índices de mortes violentas têm o jovem negro como vítima.

Além do uso de drogas na sua complexidade social, o suicídio é outra importante questão relacionada à Saúde Mental e sofrimento na juventude. De acordo com o primeiro relatório global da Organização Mundial da Saúde sobre a prevenção do suicídio, mais de 800 mil pessoas se suicidam por ano, e 75% dos suicídios ocorre em países de baixa e média renda. É a segunda causa morte de jovens no mundo, perdendo apenas para acidentes de trânsito (6). No território brasileiro, de acordo com o Perfil Epidemiológico divulgado pelo Ministério da Saúde em 2021 “*Os resultados demonstram um aumento consistente nas taxas de mortalidade por suicídio nos*

últimos 10 anos, com destaque para o maior risco de morte em homens e para o aumento nas taxas de suicídio de jovens” (p. 07) (7).

Na cartilha *Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros de 2012 a 2016* observa-se que *“Um dos grupos vulneráveis mais afetados pelo suicídio são jovens, e, sobretudo os jovens negros, devido principalmente ao preconceito e à discriminação racial e ao racismo institucional”* (8). Pretos e pardos nas idades 10-29 anos do sexo masculino se suicidam mais. O percentual de suicídios aumentou entre os pardos (2012: 46,2% e 2016: 49,3%) e indígenas (2012: 2,1% e 2016: 2,9%) (8). Na pandemia de COVID-19, os números sobre o consumo de drogas aumentaram (2), assim como os fatores de risco do suicídio como: ansiedade, depressão e angústia (9).

Esse breve retrato sobre juventude brasileira e Saúde Mental mostram a necessidade de reflexões e ações no combate a mortes evitáveis. Quais sofrimentos vivenciados pela juventude se relacionam com o uso prejudicial de drogas? E com o suicídio? Qual a função do Estado Brasileiro e das políticas públicas de Saúde Mental para a Juventude?

Essas questões de pesquisa se constituem no campo da Bioética, que para Fátima Oliveira, apresenta uma dupla face - disciplina e movimento social - que confere a essa área *“a peculiaridade de ser, ao mesmo tempo, reflexão (sobre implicações sociais, econômicas, políticas e éticas dos nossos saberes biológicos) e ação (objetivando estabelecer um novo contrato social entre sociedade, cientistas, profissionais de saúde e governos) sobre as questões do presente e as perspectivas de futuro”*. (p.48) (10). A Bioética de Intervenção de Volnei Garrafa (11) e a Antropologia por Demanda de Rita Segato (12), que serão aprofundadas mais a frente, compõem as ferramentas teórico-metodológicas para responder as questões de pesquisa levantadas.

Fundamentação Teórica

A fundamentação teórica do trabalho refere-se aos conceitos escolhidos para subsidiar a discussão bioética. Os dois fenômenos: uso de drogas e o suicídio apresentam diferentes valores e conflitos éticos que são barreiras para realização de

políticas públicas que dialoguem com a realidade de diferentes segmentos da sociedade.

Colonialidade, Racismo e Sofrimento

Os sofrimentos relacionados à saúde mental foram caracterizados ao longo da história do Ocidente como doença mental. Essa perspectiva, para Leão Costa “funcionaria como um mito moderno, similar à função do mito na religião, para disfarçar os conflitos nas relações humanas, operando uma redução na qual toda a complexidade dos fenômenos sociais passa a ser lida como doença individualizada” (p.1281) (13). Desta maneira, delega o debate sobre os sofrimentos para uma lógica da medicalização que é centrada no paradigma da racionalidade e demais valores europeus.

A racionalidade é uma categoria muito importante para compreender a Colonialidade do Poder. Para o filósofo Quijano, a colonização europeia do século XV “[...] é uma colonização de outras culturas, embora sem dúvida em intensidades e profundidades diferentes, dependendo do caso. Consiste, em primeiro lugar, em uma colonização do imaginário dos dominados. Ou seja, ela atua na interioridade deste imaginário. Até certo ponto, faz parte dela” (p.13) (14) (Traduzido pela autora)². Esse imaginário é formado por valores europeus sobre as questões da vida e assim “A racionalidade/modernidade da Europa Ocidental se constitui não apenas no diálogo conflituoso com a Igreja e a religião, mas também no próprio processo de reestruturação do poder, por um lado, nas relações sociais urbanas e capitalistas e nos estados-nação e, ao mesmo tempo, na colonização do resto do mundo.” (p.17) (14) (Traduzido pela autora)³.

² se trata de una colonización de las otras culturas, aunque sin duda em diferente intensidad y profundidad segun los casos. Consiste, en primer término, en una colonización del imaginario de los dominados. Es decir, actúa en la interioridad de ese imaginario. En una medida es parte de él. (p.13) (14).

³ La racionalidad/modernidad europeo-occidental se constituye no solamente en conflictivo dialogo con la Iglesia y con la religion, sino tambien en el mismo proceso de reestructuracion del poder, de una parte, en relaciones sociales urbanas y capitalistas y estados-nacion; y al mismo tiempo, de colonización del resto del mundo. (p.17) (14)

Assim, as relações entre sujeitos-sujeitos, sujeitos-instituições são baseadas no paradigma da racionalidade europeia. Anibal Quijano define o colonialismo como “uma relação de dominação direta, *política, social e cultural dos europeus sobre os conquistados de todos os continentes*” (p.11) (14) (Traduzido pela autora)⁴. Essa estrutura de dominação opera em escala mundial e tem quatro características fundamentais, segundo Quijano

1) a colonialidade do poder, isto é, a ideia de “raça” como fundamento do padrão universal de classificação social básica e de dominação social; 2) o capitalismo, como padrão universal de exploração social; 3) o Estado como forma central universal de controle da autoridade coletiva e o moderno Estado-nação como sua variante hegemônica; 4) o eurocentrismo como forma hegemônica de controle da subjetividade/ intersubjetividade, em particular no modo de produzir conhecimento. (p.4) (15)

A categoria raça é um elemento central nos estudos sobre a Colonialidade do Poder, e para Rita Segato “*é uma das diferenças mais notáveis entre a Perspectiva da Colonialidade e dos estudos pós-coloniais*” (p.8) (16) (Traduzido pela autora)⁵. É pela diferenciação das raças, e, desta forma, a criação das mesmas, que o colonizador europeu se nomeia como desenvolvido e outros projetos históricos são subjugados.

A colonialidade atua nas esferas simbólicas e materiais da vida. wanderson flor do nascimento define a *Colonialidade da Vida* como “*esse processo de criar uma ontologia da vida que autorize pensar que algumas vidas são mais importantes do que outras, desde o ponto de vista político, fundando assim uma hierarquia e uma justificativa para dominação, exploração, submissão sob o pretexto de ser este um caminho para o desenvolvimento da vida menos desenvolvida*” (p.13) (17). Essa dominação relaciona-se com diversos tipos de violências, como na subalternização de alguns sujeitos e povos, ocasionando sofrimentos. Bader Sawaia explica que o sofrimento ético-político está nessa interface da subjetividade e sociedade. Esse sofrimento

[...] retrata a vivência cotidiana das questões sociais, dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da

⁴ una relación de dominación directa, política, social y cultural de los europeos sobre los conquistados de todos los continentes. (p.11) (14)

⁵ es una de las diferencias más notables entre la Perspectiva de la Colonialidad y la de los estudios poscoloniales” (p.8) (16)

desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e expressar desejo e afeto. (p. 104) (18).

Nesse sentido, Veena Das tem importante contribuição sobre as memórias de sofrimentos e dor na relação singular com a experiência dos sujeitos e rupturas ao longo da vida. Em sua pesquisa sobre a Partição da Índia e a violência contra as mulheres, Das desenvolve o conceito de conhecimento venenoso:

Isso é o que quero dizer pela importância de descobrir meios de falar sobre a experiência de testemunhar: que se nossa maneira de estar-com-os outros tiver sido brutalmente estragada, então o passado entra no presente, não necessariamente como memória traumática, mas como conhecimento venenoso. Esse conhecimento pode ser enfrentado apenas pelo conhecimento através do sofrimento. (p.35) (19)

O conhecimento através do sofrimento tem uma característica individual, daquele que sente, como também apresenta os sofrimentos enquanto uma categoria política de identificação. Ao pesquisar sobre a dor, a autora explica que *“minhas dores são aquelas as quais dou uma expressão. Minhas expressões podem, de fato, determinar que a dor se encontre localizada fora do meu corpo”* (p.433) (20) (Traduzido pela autora)⁶, pois *“[...] a dor do outro pode ser experimentada em meu corpo mostra que não há propriedade individual da dor”*. (p.431-432) (20) (Traduzido pela autora)⁷. As considerações de Das abrem um diálogo para a importância da enunciação e politização do sofrimento. Além da compreensão de que a emoção⁸ é uma categoria indispensável para esse debate.

Nessa esteira, Martha Nussbaum convida a pensar sobre as emoções e sua relação com a ética. As emoções são por onde experimentamos e percebemos a realidade. Na contramão do entendimento da razão (paradigma da racionalidade), como componente indispensável para o julgo moral, Nussbaum afirma que as emoções precisam ser consideradas como fontes de conhecimentos. A importância

⁶ mis dolores son aquellos a los cuales les doy una expresión. Mis expresiones pueden, de hecho, determinar que el dolor se encuentre localizado fuera de mi cuerpo. (p.433) (20).

⁷ el dolor del otro puede experimentarse en mi cuerpo muestra que no hay propiedad individual con respecto al dolor. (p.433) (20).

⁸ Estímulos de diversas naturezas que no contato com o corpo desencadeiam reações físicas e subjetivas.

reside na ideia que as emoções são responsáveis pela paisagem da nossa vida mental e social, pois *“Se as emoções estão imbuídas de inteligência e discernimento e se elas contêm em si mesmas uma consciência de valor e importância, não podem, por exemplo, ser facilmente deixadas de lado quando se presta contas do julgamento ético, como tem acontecido com frequência na história da filosofia”*. (p.21) (21) (Traduzido pela autora)⁹.

A filosofia e a ciência moderna, ao contrário dos estudos sobre dor, sofrimentos e subjetividades, têm na categoria razão/racionalidade europeia a centralidade do pensamento científico. Essa racionalidade aplicada aos estudos científicos mostra heranças coloniais e é exemplificada no que nos ensina Fátima de Oliveira sobre o machismo e racismo científico:

[...] a ideia de que as mulheres eram a segunda encarnação dos homens que, na primeira, haviam se comportado de forma malvada ou covarde, ou como defendia Aristóteles de que as mulheres não eram providas de alma [...] existiam homens superiores e inferiores, os possuidores de almas e os desalmados. Negros eram inferiores e desalmados, animais até. Ou seja, por não possuírem estatuto de pessoas era ético escravizá-los (p.87) (10)

Essas informações são importantes para a compreensão de que a ciência moderna não é neutra e se baseia nos valores da modernidade, como explica Rita Segato

[...] categorias engendradas no Norte são aplicadas como a Cama de Procusto a fim de capturar uma realidade para a qual não foram concebidas. A categórica opressão nada mais é do que consequência da Colonialidade no campo do conhecimento e da subjetividade (p.21) (15) (Traduzido pela autora)¹⁰

Assim, as subjetividades, como as emoções e os sentimentos, que são subjugados na construção da ciência moderna, podem ensinar importantes valores para auxiliar as reflexões e ações bioéticas sobre questões que compõem o viver.

Nesta pesquisa, o entendimento que o uso prejudicial de drogas e o suicídio fazem parte do cotidiano de jovens brasileiros e promovem diversos tipos de sofrer,

⁹ Si las emociones están imbuídas de inteligencia y discernimento y si contienen em sí mismas conciencia de valor e importancia, no pueden, por ejemplo, dejar se facilmente lado a la hora de dae cuenta del juicio ético, como há sucedido a menudo em la historia de la filosofía. (p.21) (21)

¹⁰ categorías engendradas en el Norte se aplican como una verdadera cama de Procusto a fin de captar una realidad para la cual no fueron concebidas. La opresión categorial no es otra cosa que la consecuencia de la Colonialidad en el campo del saber y de la subjetividade (p.21) (15)

mostra a importância das subjetividades e intersubjetividades na construção de políticas públicas para a Juventude, que é marcada por desigualdades de raça, gênero e classe.

Aspectos Bioéticos

Drogas

Nos questionamentos sobre as moralidades, o uso de drogas são práticas que tem diversas significações. Os usos, efeitos e consumos são diferenciados, não cabendo em definições estanques. Para compreensão sobre esse fenômeno e sobre o que chamamos de **drogas** nessa pesquisa, a definição de Gabriela Nunes é essencial:

Trata-se de um termo valorativo, que ao se relacionar com uma conduta humana (usar, produzir, distribuir, comercializar, compartilhar, entre outras) sofre apontamentos de aprovação ou de reprovação, que dependem de variáveis e circunstâncias sociais, históricas e econômicas. Pode ser bebida, alimento, substância ou produto. Pode ser fermentado ou destilado. Pode ser planta ou cogumelo. Pode ser excitante, entorpecente, tranquilizante ou alucinógeno. Pode ser natural ou sintética. Pode ser lícita ou ilícita. Pode ser prescrita ou não. Pode ser um narcótico, pode ser psicotrópico, psicoativo ou psicodélico. Pode ser uma espirituosa, pode ser ritalina ou chá de ayahuasca. Pode ser cara ou barata. Pode ser inofensiva ou perigosa. Pode encorajar e energizar. Pode ser tóxica ou revigorante. Pode ser religiosa, sem crença, ou demoníaca. Pode matar ou pode curar. Pode até ser alimento do dia-a-dia, um café após o almoço, ou um tempero adicional. Pode ser desmedida, indevida, excessiva, abusiva, moderada, controlada ou abstinência. (p.16) (22).

Nesse sentido, o uso de drogas é polissêmico e compreendido como parte da vida. Para Andrea Leite Ribeiro “*A perspectiva do triângulo sujeito, substância psicoativa e contexto sociocultural apresenta preliminarmente que o uso de drogas não significa um problema para todos os usuários, nem que todas as drogas produzem o mesmo efeito para todos*” (p.33) (23). Assim, a compreensão de quais efeitos e contextos tornam o uso de drogas prejudicial mostram a importância de pensar coletivamente sobre essa questão.

Há duas perspectivas de suma importância para entender o uso de drogas no Brasil, ambas são reguladas pelo Estado Brasileiro e versam discursos dicotômicos entre paciente e criminoso. A primeira perspectiva - do usuário enquanto um paciente - se relaciona com as complicações que um uso abusivo pode causar, entendendo

assim, a problemática como uma questão de Saúde Pública. A segunda perspectiva é sobre a proibição do uso de algumas drogas e como essa criminalização é tratada pela Segurança Pública no Brasil.

O uso prejudicial das drogas enquanto uma questão de Saúde Pública reflete sobre as problemáticas que o uso abusivo pode ocasionar tanto nos sujeitos como nas comunidades, e pretende oferecer tratamentos e alternativas para a recuperação. Busca assim, um entendimento de que o uso de drogas deve ser compreendido a partir da perspectiva do direito à saúde.

Já a proibição de algumas drogas – as drogas ilícitas – mostra que a questão das drogas será tratada a partir da punição aos que não respeitarem as leis acerca do uso, consumo e venda de drogas por meio da violência do Estado. E nessa perspectiva, a questão da violência do Estado na Guerra às Drogas é marcante na juventude brasileira.

O termo Guerra às Drogas tem origem no ano de 1971, com Richard Nixon (presidente dos Estados Unidos da América durante o período de 1969-1974), que fomentou o proibicionismo. Três importantes convenções da ONU abordaram o assunto: A Convenção Única sobre Entorpecentes (1961) teve como objetivo combater o abuso de drogas por ações internacionais coordenadas contra o tráfico. O Convênio sobre Substâncias Psicotrópicas (1971) estabeleceu formas de controle internacional para substâncias e abordou o potencial de dependência sobre drogas sintéticas, além do seu poder terapêutico. A Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas (1988) mostrou medidas abrangentes contra o tráfico nas suas relações, como lavagem de dinheiro, e trouxe informações para cooperação internacional nas medidas punitivas ao tráfico (24).

Para falar sobre a Guerra às Drogas no Brasil é importante entender um breve contexto da legislação sobre essa temática. Um marco é a Lei 11.343 de 23 de agosto de 2006 (25) que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), conhecida como a Lei de Drogas.

O Capítulo III da Lei de Drogas “Dos crimes e das Penas” no Art. 28 prevê que: “Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal

ou regulamentar será submetido [...]”a determinadas penas. Já o Art. 33. Determina penalização para quem “Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar” (25). Ao passo que ações como adquirir, guardar, ter em depósito, transportar aparecem nos dois Artigos da Lei de Drogas é importante compreender a diferença legal entre usuário e traficante.

Para qualificar os usuários, o segundo parágrafo do Art. 28 determina que os parâmetros que deverão ser analisados pelo juiz, que correspondem “à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente” (25).

Ao delegar a decisão que diferencia o usuário do traficante para o sistema judiciário brasileiro, a subjetividade dos profissionais magistrados é critério para julgamento. A série de vídeos *Justiça e Guerra às Drogas*¹¹ caracteriza como é o perfil do magistrado brasileiro. Majoritariamente composta por homens brancos e ricos, as desigualdades de raça e gênero são notórias: para cada 7 juízes brancos há uma juíza negra. No caso dos desembargadores, a proporção muda de 33 desembargadores homens brancos para uma desembargadora negra. No ano de 2019, 100 bilhões de reais das verbas públicas brasileiras foram destinadas aos serviços jurídicos públicos, 90% é usado para pagamento dos magistrados, que recebem individualmente 51.000 reais por mês, além de créditos adicionais – que não são previstos no orçamento. Em 30 anos a taxa de encarceramento dos presídios brasileiros cresceu 980%, e para cada 3 presos 2 são negros (26).

Ainda sobre as políticas de drogas no Brasil, no ano de 2008 a então Secretaria Nacional Antidrogas muda o nome para Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) e em 2011 a Portaria nº 3.088 (27) instituiu a Rede de Atenção Psicossocial,

¹¹ foi criada por iniciativa do JUSTA (plataforma que pesquisa o sistema de justiça), da rede Plataforma Brasileira de Política de Drogas e da ONG Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas. O roteiro e a produção dos vídeos foram realizados pela Ponte Jornalismo, veículo de comunicação especializado em direitos humanos, em parceria com a produtora Iracema Rosa).

destinada à população e sofrimento psíquico e necessidades decorrentes do uso de drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Já no ano de 2015, dentro das legislações do Estado Brasileiro, as Comunidades Terapêuticas (CT) são inseridas nas Políticas Públicas Nacionais pela Resolução nº 01 do CONAD (28), que regulamenta as entidades que realizam o acolhimento relacionado ao uso prejudicial de álcool e outras drogas. No estudo “A normatização de condutas realizadas pelas Comunidades Terapêuticas”, as autoras Klindia Barcelos, Kallen Wandekoken, Maristela Araújo e Bruna Quintanilha, mostram que

Ao se analisar as consequências subjetivas decorrentes da internação em uma rede de CT, verifica-se que ela se constitui meio para normatizar seus internos. Para tanto, ancora-se em quatro pilares: disciplina, trabalho, convivência e, especialmente, abordagem religiosa, a fim de promover a anulação da subjetividade progressiva dos internos, em prol de uma nova subjetividade: aquela forjada segundo as prerrogativas que operam nesses espaços. (p 138) (29).

A problemática com as comunidades terapêuticas envolve conflitos éticos em relação a religião, pois muitas comunidades realizam a abordagem religiosa cristã e tem papel moralizante nesses casos. Como explicam as autoras supracitadas é “*Moralizante por ter como proposta a revisão moral do estilo de vida do sujeito*” e “[...] *violadora de direitos posto que a participação nas práticas religiosas, rotinas de horários e trabalho é obrigatória, mesmo que o indivíduo não partilhe do que ali é prescrito*” (p.139) (29).

Desta forma, as subjetividades sob a égide religiosa cristã encaminham-se para uma concepção disciplinadora e de abstinência em nome da religião, corrompendo assim a garantia de direitos e autonomia, dignidade e valores dos usuários. As comunidades terapêuticas podem ser financiadas pelo órgão público e privado, que tem pouco controle sobre as práticas adotadas. Assim, como nos explica Giovanna Bardi e Maria Lúcia Garcia

As CTs, ao terem como meta a transformação moral dos sujeitos, focam na conversão. Imputam aos seus acolhidos uma compreensão do uso de drogas como uma questão individual, associada ao pecado e à interferência de forças malignas, empreendendo uma trajetória alienante de um fenômeno tão complexo. Sob o manto do diabo, a relação homem-droga assume particularidades explicativas e prescrições próprias de sua superação. (p. 1563-1564) (30).

Neste sentido, no dia 11 de abril de 2019, o presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) assinou o Decreto n°. 9.761/2019 (31) aprovando a Nova Política Nacional sobre Drogas (A nova Lei de Drogas), revogando inteiramente o Decreto n° 4345 de 26 de agosto de 2002 (32) afirmando-se, ainda, e indo contra a lei 11.343/2006 (25), que no artigo 20 compreende a possibilidade de políticas de redução de danos.

Na nova portaria da PNAD de 2019 a abstinência das drogas é a abordagem sugerida aos usuários que fazem uso prejudicial das drogas, no lugar de Redução de Danos (RD), reafirmando a prioridade das Comunidades Terapêuticas e incentivando o retorno à lógica manicomial e internação compulsória. Assim, o desrespeito à autonomia e direitos dos sujeitos em situação de uso prejudicial de drogas é aumentado.

As ações governamentais após essa portaria são comandadas pelos Ministérios da Cidadania, da Saúde, da Justiça e Segurança Pública, dos Direitos Humanos, da Família e da Mulher. Essa nova abordagem da política pública nacional sobre drogas, como ensina Andrea Ribeiro Leite, é

uma política higienista pautada na internação compulsória e abstinência, que segue mais a um modelo asilar que de cuidado em saúde. Na redução de danos, a intervenção se dá a partir do pedido e possibilidade do usuário diante das suas condições, em que se inclui se for da vontade dele/dela, a abstinência. Na redução de danos, se reconhece os limites e possibilidades do usuário na relação com a droga, consistindo em ofertar insumos de proteção a sua saúde e principalmente em tratar o usuário a partir do princípio basilar da liberdade, respeito a sua autonomia e a sua cidadania. (p. 137) (23)

A nova PNAD apresenta retrocesso nas políticas propostas pela lei 11.434 de 2006 – A Lei das Drogas. Importante salientar que ainda em 2019, o III Levantamento Nacional Domiciliar sobre o Uso de Drogas publicado pela Fiocruz no ano de 2017 sobre o retrato do uso de drogas no Brasil foi censurado pelo Governo Federal e só foi publicado depois de conciliação a partir da Advocacia Geral da União (AGU) com o Ministério da Justiça. O ex-ministro da Cidadania do Governo Bolsonaro, Osmar Terra (2019-2020) declarou durante a censura, que a Fiocruz estava tentando impulsionar políticas de legalização aos usos de drogas (33). O ex-ministro foi o responsável pela elaboração do PLC 037 de 2013, que enfatiza a função das comunidades terapêuticas no tratamento de usuários dependentes (34).

Diante aos retrocessos promovidos pelas novas políticas públicas do governo Bolsonaro (2019-2022) III LNUD trouxe importantes dados, entre eles, que não há uma epidemia de drogas no Brasil. Com taxas de uso semelhantes a outros países, o que vemos no território nacional é um aumento do consumo de álcool (droga lícita) (3). Assim, a problemática das drogas analisadas pelo viés de Segurança Pública criminaliza e pune aqueles que desobedecem às legislações referentes às drogas. Essa proibição é responsável pelo encarceramento em massa e genocídio da juventude negra e fomenta outras desigualdades sociais. A Guerra às Drogas mata mais que as drogas, segundo Maria Karam (35).

A importância da regulamentação sobre as drogas compreende questões na perspectiva dos direitos humanos, saúde, autonomia, dignidade e pluralidade dos sujeitos na busca de uma vida mais justa. Outra questão bioética constitui-se no debate binário/colonial sobre o uso de drogas. Ainda que necessária a regulamentação do Estado sobre as drogas, essa visão paciente-criminoso restringe o fenômeno como apenas causador de sofrimentos, e descarta a utilidade lúdica, religiosa, mística, prazerosa, entre outras cosmologias e formas de experimentar a vida e a relação com as drogas.

Experiências de outros países mostram que a descriminalização, legalização e regulamentação dos usos das drogas inferem diretamente no consumo dessas substâncias. Segundo Laura Hypólito *“Vários países nos últimos anos têm demonstrado avanço nesta questão e na América Latina, uma das regiões mais atingidas pelas mazelas acarretadas pelas políticas de guerra às drogas, e onde é possível perceber o crescimento significativo do movimento antiproibicionista”* (p.19) (36).

Neste sentido, segundo Pereira, Jesus, Barbuda, Sena e Yarid, os países que formularam e aplicaram políticas para enfrentar a problemática das drogas, que não se baseiam no modelo proibicionista, adotaram a despenalização, descriminalização e a política de redução de danos. Para os autores, *“Grupo crescente de países, em sua maioria europeus, começou, ainda na década de 80, a desviar-se do enfoque de tolerância zero para o do menor desnível entre repressão e proteção”* (p.367) (37).

As políticas públicas proibicionistas, que são instaladas em grande parte nos países que compõem o Hemisfério Sul, têm caráter colonial de manutenção das mesmas estruturas violentas do Estado moderno, e, revelam a geopolítica das drogas como uma permanente (re)exploração e genocídio de territórios e sujeitos que foram colonizados pelo projeto histórico europeu.

Suicídio

Sobre as questões de saúde mental e sofrimento, o suicídio na juventude é uma temática pouco falada e de extrema importância. O diálogo sobre o suicídio pode ajudar na prevenção dessas mortes, entendendo que esse fenômeno se relaciona com diversas situações e vivências e é preciso compreender os conhecimentos venenosos que compõem esses sofrimentos.

O Suicídio na história do Ocidente passou por diferentes valores, categorizado enquanto ato de coragem e/ou covardia, rebeldia, loucura. As adjetivações pejorativas sobre os suicidas fazem parte do que Luana Lima ensina: “*o descrédito, comumente, é atrelado à culpa de caráter individual, como nos casos de distúrbio mental, prisão, desemprego, vício, tentativa de suicídio, etc., que carregam símbolos de fracasso, paixões tirânicas, desonestidade, crenças falsas. O estigma do suicídio é historicamente alicerçado no tripé loucura-crime-pecado*” (p.24) (38).

Apesar dessa mudança da representação e valores do suicídio e do suicida, cada sociedade – tempo apresentará distintos dados sobre o fenômeno e sua complexidade, apesar de muitos fatores que os unam.

Um importante aspecto para se pensar nesse fenômeno são os discursos moralizantes, que criminalizam o suicida e aqueles que passaram por tentativa de suicídio, marcando suas vidas e a de seus familiares. Essa criminalização do suicida se relaciona com esse aspecto moral nas valorações pejorativas atribuídas a esses sujeitos.

A punição social se materializa nos preconceitos e maus tratos dados às pessoas que tentaram suicídio, impedindo o auxílio adequado para os sofrimentos, como apresenta o Relatório sobre os Direitos Humanos dos Pacientes em Risco de Suicídio de 2017. O relatório aponta que “*A criminalização da tentativa de suicídio*

pode traduzir o modo negativo com o qual dada sociedade trata a questão” (p.10) (39). Muitas vezes essas pessoas em risco de suicídio passam por formas de punição, de rechaço, de tortura, como se não fossem aptas a receber um tratamento digno após ter escolhido a morte, não são respeitadas em sua dignidade quando recorrem a cuidados dos serviços de saúde e também respondem a uma estigmatização social, sendo consideradas fracas, doentes, incapazes.

Esses são valores do projeto histórico europeu que constroem a gramática moral da Modernidade. Para Nietzsche “–O cristianismo surge antes da civilização mal ter começado – sob certas circunstâncias cria as próprias fundações desta” (p. 19) (42). Nietzsche refere-se a importância da moralidade cristã na construção da civilização ocidental. De fato, o cristianismo foi um meio de dominação do colonizador europeu, que com a premissa de constituir *civilidade e desenvolvimento* para os povos indígenas que habitavam Pindorama. Para o filósofo Dussel, “a Modernidade é realmente um fato europeu, mas em dialética com o não-europeu” (p.7) (41). Nessa relação de dominação, o não-europeu adquire caráter de periferia do mundo, que “*uma vez reconhecidos, geograficamente, passava-se ao controle dos corpos, das pessoas: era necessário pacificá-las [...]*” (p.43) (41). Esse processo, de colonização do imaginário dos dominados para Dussel apresenta a contradição da conquista espiritual:

Prega-se o amor de uma religião (o cristianismo) no meio da conquista irracional e violenta. Propõe-se de maneira ambígua e de difícil interpretação, por um lado, o fundador do cristianismo que é um crucificado, uma vítima inocente na qual se fundamenta a memória de uma comunidade de crentes, a igreja: e por outro, se mostra uma pessoa humana moderna com direitos universais. E é justamente em nome de uma tal vítima e de tais direitos universais que se vitima os índios. (p.58) (41)

A catequização ocorrida durante o evento da colonização, que defendia a pacificação dos povos indígenas, na verdade é alicerçada na violência de subjugar e dizimar o não-europeu, o **Outro**.

Sobre as relações com o outro, o pensamento de Émile Durkheim sobre o suicídio como uma questão social, que até então estava no domínio das ciências médicas, abre campo para importantes discussões. Para o sociólogo, o suicídio é um fato social e não será analisado suficientemente em sua complexidade apenas por números.

Na sua obra “*O Suicídio – Estudo Sociológico*” (42), Durkheim mostra importante análise sobre o suicídio na integração social e sobre a regulação moral. Uma sociedade anômica é aquela em que os vínculos entre as morais sociais e os sujeitos estão afastados. Essa distância e isolamento entre pessoas é uma forma de sofrimento que é diretamente relacionado à estrutura social moderna ocidental, mostrando que quanto maior a coesão social, menor as taxas de suicídios.

Karl Marx em sua obra *Sobre o Suicídio* discursa sobre as investigações de Jacques Peuchet, um policial pesquisador que deixou algumas anotações sobre os suicídios na sua região (Paris), materializada no estudo: *O suicídio e suas causas* (Du suicide et des ses causes). São quatro histórias sobre o suicídio de três mulheres e um homem no século XIX trazendo questões como aborto e relações de poder (43).

Esse retrato do suicídio no ocidente mostra que as narrativas sobre o suicídio serão diferenciadas de acordo com as regiões, costumes e moralidades. Nesse sentido, Livia Vintenti afirma que “*não há uma relação causal inequívoca para explicar a morte voluntária, seja entre os povos indígenas ou não indígenas*” (p.10) (44) (Traduzido pela Autora)¹².

O suicídio é uma relevante questão bioética que versa tanto sobre direitos, autonomia e dignidade dos sujeitos, como sobre projetos históricos plurais e as interpretações de vida e de morte. A relação entre as estruturas de poder e o sofrimento mostram a Colonialidade na (re)produção de dores, como explica Fábio Araújo “*O sofrimento provocado pela violência molda as experiências cotidianas. Esta é uma das formas como a violência “desce ao cotidiano”, moldando a partir do sofrimento a subjetividade das pessoas*” (p.44) (45).

Na politização dos sofrimentos, criam-se comunidades morais, e nesse sentido, o coletivo é importante para a ressignificação de dores e sofrimentos. Como explica a antropóloga Cynthia Sarti:

¹² no hay una relación causal inequívoca para explicar la muerte voluntaria, ya sea entre los pueblos indígenas o los no indígenas. Del mismo modo, he intentado no caer en la trampa de la explicación recurrente de que el suicidio indígena es consecuencia de un proceso de aculturación, una pérdida de identidad o una falta de sentido de pertenencia a un grupo. Estas respuestas generalistas ofuscan singularidades, proyectos históricos, experiencias y conocimientos muy diversos, y colocan a todos los miembros de los pueblos indígenas en una posición de víctimas históricas y pasivas (p10)(36)

Nenhuma realidade humana prescinde de dimensão social, tampouco o corpo ou a dor. A singularidade da dor como experiência subjetiva torna-a um campo privilegiado para se pensar a relação entre o indivíduo e a sociedade. Toda experiência individual inscreve-se num campo de significações coletivamente elaborado. As experiências vividas pelos indivíduos, seu modo de ser, de sentir ou de agir serão constitutivamente referidos à sociedade à qual pertencem. Ainda que traduzido e apreendido subjetivamente, o significado de toda experiência humana é sempre elaborado histórica e culturalmente, sendo transmitido pela socialização, iniciado ao nascer e renovada ao longo da vida. (p.1) (46).

Ainda que experimentado individualmente, o suicídio e o uso de drogas apresentam conflitos coletivos na relação com a sociedade e diferentes comunidades. As mortes evitáveis, que são as que mais levam os jovens a óbito, são chaves para compreender a atuação do Estado que escolhe quem vive e quem morre. É como funciona a *necropolítica* cunhada por Achille Mbembe. Em sua obra *Políticas da Inimizade*, a necropolítica é um importante conceito para entender como operam as estruturas de poder no controle dos corpos e das mentes dos sujeitos e demais seres. As instituições, ao escolherem quem vive ou quem morre mostram que “*exercer a soberania é exercer o controle sobre a mortalidade e definir a vida como uma realização e manifestação do poder*” (p.108) (47). Desta forma, ao pensar no poder necropolítico do Estado, as formas de morrer e de sofrer são marcadas para alguns sujeitos, dentro da racista lógica colonial.

O racismo funciona como um regulador da morte “*que viabiliza as funções criminosas do Estado*” e mostra que “*A percepção da existência do Outro como um assalto à minha vida; como uma ameaça mortal ou um perigo absoluto, cuja eliminação biofísica pudesse fortalecer a minha possibilidade de vida e de segurança, não é mais do que um dos muitos imaginários característicos da soberania da pré como da pós modernidade*” (p. 117) (47). E é imprescindível compreender que

[...] Estes imaginários levam a decretar direitos diferenciados como modo de diferenciar categorias de pessoas para determinados fins dentro do mesmo espaço – em suma, o exercício da soberania (p.120) (47)

Assim, alguns sofrimentos são orientados para determinados sujeitos, que dentro da lógica racista moderna – a morte não comove. Nesse sentido, o Pluralismo Bioético e a Bioética de Intervenção, enquanto conceitos que buscam construções éticas das problemáticas do viver e morrer, são importantes ferramentas políticas para a ação-reflexão sobre o sofrimento político.

O Pluralismo Bioético e a Bioética de Intervenção

O Estado moderno é fomentado pela moralidade do colonizador sob a égide da razão, configurando a narrativa histórica do ocidente como a história do planeta Terra. A escritora Chimamanda Ngozi Adichie narra o perigo de uma história única. Para a autora:

É impossível falar sobre única história sem falar sobre poder. Há uma palavra, uma palavra da tribo Igbo, que eu lembro sempre que penso sobre as estruturas de poder do mundo, e a palavra é nkali. É um substantivo, que livremente se traduz: "ser maior do que o outro." Como nossos mundos econômicos e políticos, histórias também são definidas pelo princípio do nkali. Como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder. Poder é a habilidade de não só contar a história de outra pessoa, mas de fazer a história definitiva daquela pessoa (p.03) (48).

A história única mostra o imperialismo moral de narrativas sob as outras. Em Bioética, o imperialismo moral é definido por Volnei Garrafa como “*a tentativa de imposição, por meio de várias formas de coerção, sempre violenta, de padrões morais específicos a certas culturas, regiões e países geográfico-políticos, contra outras culturas, regiões ou países*” (p.535) (49) (Traduzido pela autora)¹³. A relação entre o imperialismo moral e a colonialidade são demonstradas nas relações de dominação pela violência.

Nilceu Oliveira e Wanderson Flor do Nascimento mostram que “*O sucesso do empreendimento colonial está relacionado ao fato de que os sujeitos posicionados do lado subalterno da diferença colonial passem a pensar como aqueles do lado hegemônico, internalizando, na subjetividade colonizada, a ideia de que todo o conhecimento válido proviria deste lado dominante*” (p.5) (50). Esse imperialismo moral sufoca as outras existências e as pluralidades de existir, assim o discurso moderno e o colonialismo para Wanderson Flor do Nascimento “*não apenas constituíram-se perdedores, mas estraçalhou-se a experiência de vários povos, várias vozes subsomem-se*” (p. 449) (51). Essa subalternização advém do Estado, que

¹³ *el intento de imposiciones, por medio de diferentes formas de coacción siempre violentas, de patrones morales específicos de determinadas culturas, regiones geográfico-políticas y países, en contra de otras culturas, regiones o países”. (p.535) (49)*

deveria assegurar o bem-estar de todos, a despeito das diferenças e divergências de diversos projetos históricos.

A questão é que o Estado assegura, a partir de suas raízes coloniais, que só pessoas que se assemelham com o colonizador possuam direitos ditos universais. Rita Segato nos ensina que *“O que o projeto de um Estado pluralista e a plataforma do pluralismo jurídico propõem ao desenhar a ideia de Nação como uma aliança ou coalizão de povos é permitir que cada um deles resolva seus conflitos e elabore seu dissenso interno por um caminho próprio”* (p.84) (52). Assim, o Pluralismo Bioético¹⁴ busca, além de uma pluralidade das doutrinas bioéticas, se posicionar a favor da pluralidade das existências. Se inspira no pluralismo jurídico para novos entendimentos sobre justiça, direito e (bio)ética para subsidiar novas práticas.

O conceito de Pluralismo Bioético compreende que existem diferentes projetos históricos que não o moderno-europeu (como único e acima dos demais). Assume assim, que esses projetos têm direito de influir sobre suas próprias questões, histórias e valores morais, uma deliberação interna (de cada povo e projeto histórico) como explica Rita Segato,

O evento moderno tenta desenvolver e introduzir seu próprio antídoto para o veneno que inocula. O pólo estatal modernizador da República, herdeiro direto da administração ultramarina, permanentemente colonizador e intervencionista, enfraquece as autonomias, irrompe na vida institucional, rasga o tecido comunitário, gera dependência e oferece com uma mão a modernidade do discurso crítico igualitário, enquanto com a outra já introduziu os preceitos do individualismo e a modernidade instrumental da razão liberal e capitalista, juntamente com o racismo que submete os homens não-brancos ao estresse e à emasculação. (p. 6) (53) (Traduzido pela autora)¹⁵

Na busca do Pluralismo Bioético Marianna Holanda ensina:

A demanda política que tecemos aqui não é pela inclusão de todas/os em um sistema precário, corrupto e violento é por repensar a vulnerabilidade – colocando-a menos como uma redução de autonomia biofísica-somática – e mais como uma invisibilidade política; é de

¹⁴ Linha de pesquisa em Bioética da Catédra UNESCO de Bioética do Programa de Pós-Graduação em Bioética da Universidade de Brasília.

¹⁵ El advento moderno intenta desarrollar e introducir su propio antídoto para el veneno que inocula. El polo modernizador estatal de la República, heredera directa de la administración ultramarina, permanentemente colonizador e intervencionista, debilita las autonomías, irrumpe en la vida institucional, rasga el tejido comunitario, genera dependencia, y ofrece con una mano la modernidad del discurso crítico igualitario, mientras con la otra ya introdujo los preceptos del individualismo y la modernidad instrumental de la razón liberal y capitalista, conjuntamente con el racismo que somete a los hombres no-blancos al estrés y a la emasculación (p.6) (53)

pluralismo político, jurídico e bioético que estamos a falar. A diferença entre “falar sobre” alguém e “falar com” alguém – e que sejam muitas/os (p.155) (54)

E nesse sentido, na busca de uma reflexão-ação bioética que não apenas a hegemônica teoria Principlista, que apresenta valores modernos, a Bioética de Intervenção tem importante contribuição. No ano de 1998, no Quarto Congresso Mundial de Bioética em Tóquio com o tema: Bioética Global, ainda com forte apelo dos princípios da ética Biomédica de Beauchamp e Childress, que se percebe uma maior necessidade de debater temas referentes à ética e a vida sob um prisma que não só o biomédico. Pois *"a teoria principlista se mostrava incapaz de desvendar, entender e intervir nas gritantes disparidades socioeconômicas e sanitárias coletivas e persistentes verificadas na maioria dos países pobres do Hemisfério Sul"* como ensina wanderson flor do nascimento (55).

Em 2002, no Sexto Congresso Mundial de Bioética na Universidade de Brasília com o tema *Bioética, Poder e Injustiça*, às discussões mostraram a necessidade de a Bioética estabelecer como fixo no seu campo de reflexão e de ação aplicada, o debate ético na sua dimensão política e social. Essa Bioética analisa o Principlismo e a importação acrítica de teorias éticas que não estão conectadas à diferentes realidades.

Assim, entendendo que os problemas de origem ética são diferentes de acordo com seus territórios, povos e projetos históricos, se evidencia a necessidade de analisar criticamente e localmente as situações que a Bioética pode auxiliar na transformação social. E a Bioética de Intervenção aparece como uma opção para auxílio dos conflitos éticos nos países colonizados, que são controlados pela Colonialidade da Vida (55).

De acordo com Saulo Feitosa e wanderson flor do nascimento, a Bioética de Intervenção *“defende que a preocupação primeira das bioéticas oriundas dos países pobres seja o enfrentamento dos dilemas éticos persistentes”* (p.281) (56). Assim, a Bioética de Intervenção se relaciona com o que Fátima de Oliveira caracteriza a Bioética, como: *“uma dupla face de disciplina e movimento social- movimento bioético que confere um caráter de ação e reflexão na bioética”* (p.34) (10). A BI tem caráter propositivo e reflexivo ao convocar a justiça social como necessária nos países do sul

global para a superação das desigualdades e injustiças que constituem nossa realidade.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

A abordagem metodológica da pesquisa segue teorias e arcabouços conceituais - metodológicos da Bioética de Intervenção e da Antropologia por Demanda.

A Antropologia por Demanda de Rita Segato busca realizar pesquisas para além de sujeito-objeto e se preocupa com as questões solicitadas. A proposta é de que *"nosso antigo "objeto" clássico é hoje aquele que nos interpela, nos diz quem somos e o que espera de nós, e exige o uso de nossa "caixa de ferramentas" para responder suas perguntas e contribuir para seu projeto histórico."* (p.14) (57) (Traduzido pela autora)¹⁶. Essa antropologia demandada mostra que

Se escutarmos as perguntas que nos chegam, seríamos forçados a trabalhar de uma maneira diferente. Não seria mais possível responder a estas perguntas com cartões de leitura de autores europeus ou norteamericanos. Se o fizéssemos, o conhecimento limitado por uma Cama de Procusto, no qual as dimensões do sujeito pensante são prefixadas com antecedência e a extensão de seu corpo será amputada se ele ousar ultrapassar esses limites, não serviria para responder às perguntas que nos chegam do próprio chão que pisamos (p.37) (57) (Traduzido pela autora)¹⁷

A Bioética de Intervenção propõe que os conflitos éticos que emergem do nosso solo precisam ser prioridades na busca da transformação social. Nas palavras de wanderson flor do nascimento, a Bioética de Intervenção *"[...] propõe uma politização das questões morais abordadas pela bioética desde um referencial que seja adequado para o contexto de exclusão dos países do Hemisfério Sul e, sobretudo, para o contexto latino-americano (p. 58) (55)".* Nessa proposta, uma importante ferramenta disponibilizada pela Bioética de Intervenção por Volnei Garrafa

¹⁶ nuestro antiguo "objeto" clásico sea hoy el que nos interpele, nos diga quien somos y qué espera de nosotros, y nos demande el uso de nuestra "caja de herramientas" para responder sus preguntas y contribuir con su proyecto histórico. (p.14) (57)

¹⁷ Si escucháramos las preguntas que nos llegan, nos veríamos obligados a trabajar de otra forma. Ya no sería posible responder esas preguntas con fichas de lecturas de autores europeos o norteamericanos. Si lo hiciéramos, el conocimiento limitado por una cama de Procusto, en la cual las dimensiones del sujeto pensante se encuentran prefijadas de antemano y la extensión de su cuerpo se ve amputada si osa exceder esos límites, no serviría para responder las preguntas que nos llegan del mismo suelo que pisamos (p.37) (57)

são os 4 “Ps” como fundamentação ética para guiar as reflexões e ações nos conflitos éticos. Esses Ps representam “*prudência (diante dos avanços), prevenção (de possíveis danos e iatrogenias), precaução (frente ao desconhecido) e proteção (dos excluídos sociais, dos mais frágeis e desassistidos)*” (p.8) (58).

A escolha por essa abordagem se justifica pela importância da construção de um conhecimento localizado e demandado. Além das escolhas de fundamentação teórica e metodológica já explicitadas, o presente estudo conta com procedimentos metodológicos e fontes que serão retratadas abaixo.

Como parte do procedimento metodológico, a escuta etnográfica (57) de Rita Segato auxiliou na compreensão da abordagem e das temáticas que surgiram no campo. Foram utilizadas também técnicas como caderno de campo, observação participante, revisão documental e literária. Para contar essa experiência, a Bioética Transnarrativa cunhada por Camilo Manchola Castillo foi escolhida por propor uma metodologia complementar a Bioética de Intervenção “*a fim de fortalecê-la como uma ética prática e contribuir para o desenvolvimento teórico e a consolidação conceitual e pragmática desta visão original, plural, complexa e latino-americana da bioética*” (p. 2) (59) (Traduzido pela autora)¹⁸ Entendendo as narrativas como

um ato profundamente moral e, portanto, confere à narrativa um papel preponderante na tomada de decisões morais. Mas, além disso, ela interpreta a narrativa como uma construção que só é possível em comunidade, outra razão pela qual ela tem um enorme potencial para o estabelecimento de um diálogo prolífico com a BI (p.3) (59) (Traduzido pela Autora)¹⁹

A Bioética Transnarrativa para Camilo Manchola

apresenta uma abordagem alternativa ao uso da narrativa em bioética, não apenas mostrando como diferentes linguagens narrativas (filme, teatro, música) podem ser usadas para a tomada de decisões morais, mas também como a própria narrativa, como razão e paradigma transdisciplinar e complexo, e em conexão com a comunidade, pode

¹⁸ con el propósito de fortalecerla como ética práctica y de contribuir al desarrollo teórico y consolidación conceptual y pragmática de esta visión original, plural, compleja y latinoamericana de la bioética’ (p. 2) (59)

¹⁹ un acto profundamente moral, y por eso le confiere a la narrativa un papel preponderante en el momento de hacer elecciones morales. Pero, además, ella interpreta la narración como una construcción que solo es posible hacer en comunidad, otra de las razones por las cuales tiene un potencial enorme para el establecimiento de un diálogo prolífico con la BI (p.3) (59)

contribuir para a construção de melhores processos de tomada de decisões morais por indivíduos com diferentes formações disciplinares, uma circunstância mais do que desejável em contextos como a saúde pública. (p.7) (59) (Traduzido pela Autora)²⁰

A escolha por essas abordagens metodológicas se justifica por apresentarem ferramentas que atendem a importância da oralidade e escrita, bem como a importância das subjetividades nas pesquisas. Pois, é também na perspectiva moral das questões de vida e morte, e, principalmente nos significados elaborados a partir dos sofrimentos e emoções que se relacionam com o uso de drogas e sobre o suicídio na juventude, que se conforma e constituem as morais e políticas dos jovens sobre essas questões.

O Campo e as Fontes: O Curso Saúde e Segurança na Escola

Figura 01 – Curso Saúde e Segurança na Escola.



FONTE: Sérgio Velho Junior, Fiocruz Brasília, 2019.

O Projeto - Prevenção Álcool e outras Drogas - existe há 16 anos e tem o objetivo de buscar estratégias para prevenir o uso prejudicial das drogas. Começou como projeto-piloto de formação de professores na temática da prevenção do uso de drogas nas escolas públicas em parceria do Ministério da Saúde (MEC), Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) e a Universidade de Brasília (UnB).

²⁰ presenta un abordaxe alternativo al uso de la narrativa en bioética, no mostrando apenas cómo diferentes lenguajes narrativos (cine, teatro, música) pueden ser usados para la toma de decisiones morales, sino, cómo la narrativa en sí, como razón y paradigma transdisciplinar y complejo, y en conexión con la comunidad, puede contribuir a la construcción de mejores procesos de decisión moral por parte de individuos con orígenes disciplinares variados, circunstancia más que deseable en contextos como la salud pública. (p.7)(59)

Em 2019, como resultado do governo Bolsonaro” (2019-2022) de extrema direita de Jair Bolsonaro, o projeto supracitado teve alterações de abordagens e metodologias - Saúde e Segurança na Escola. A coordenação do projeto também passou por mudanças trocando civis por gestores militares. Seu objetivo atual é o fortalecimento de ações institucionais e intersetoriais para a construção de segurança e melhorias na qualidade de vida, abordando as drogas como constituinte de cenários de violência.

O Curso ocorreu em três modalidades no ano de 2019: Educação à distância (EAD); Semipresencial; e presencial com estudantes do ensino médio. O objetivo do curso foi formar cinquenta e seis estudantes de oito escolas públicas como facilitadores de conversas sobre a prevenção de Álcool e Outras Drogas no ambiente escolar. O tema sobre o suicídio foi demandado pelos profissionais da educação das escolas participantes, dado os casos de lesões autoprovocadas e tentativa de suicídio entre estudantes. Essa experiência ocorreu do dia 26 de agosto de 2019 a 02 de dezembro de 2019.

O curso foi realizado pela Fundação Oswaldo Cruz - Brasília (Fiocruz) e pela Universidade de Brasília (UnB) em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJ) por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Atuei na docência e organização do Curso Saúde e Segurança na Escola pela Fiocruz e como pesquisadora doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Bioética.

As decisões do curso foram resolvidas de maneiras coletivas entre representantes das instituições, como o objetivo, a carga horária, os conteúdos, o processo ensino-aprendizagem, avaliação e titulação. Os conteúdos foram divididos em módulos e baseados em adaptações do material de 2010 do Programa Saúde na Escola: *Adolescentes e Jovens para a educação entre pares – Saúde e Prevenção nas Escolas (61)*. Abaixo, o quadro 01 mostra os módulos que foram sugeridos como conteúdos nesses encontros.

Quadro 01 – Os módulos do Curso Saúde e Segurança na Escola.

Módulo I Educação entre Pares	Módulo VI Os tipos de drogas e seus efeitos no cérebro
Módulo II Diagnóstico Territorial	Módulo VII Fato ou boato
Módulo III Conceito de droga e seu papel na história	Módulo VIII A escola e a prevenção no uso de drogas
Módulo IV Motivos que levam ao uso de drogas	Módulo IX Preparação para apresentar o projeto no Fórum
Módulo V Tratamentos: Redução de danos	Carga Horária: 90 horas

FONTE: Elaboração da autora a partir dos conteúdos debatidos em reuniões com a equipe e parceiros.

A Secretaria de Educação do Distrito Federal foi responsável pelo apoio e articulação entre as Regionais de Ensino na escolha das escolas, juntamente com a Fiocruz e o Programa Saúde na Escola (PSE). Foi realizado um mapeamento das escolas que estavam trabalhando com Prevenção de Álcool e Drogas como pauta na escola. Após esse momento e em contato com as Regionais de Ensino das escolas mapeadas, a adesão deu-se pela disponibilidade das escolas em participar do Curso Saúde e Segurança na Escola. O edital de seleção dos estudantes foi publicado e divulgado pelos profissionais da educação de cada escola.

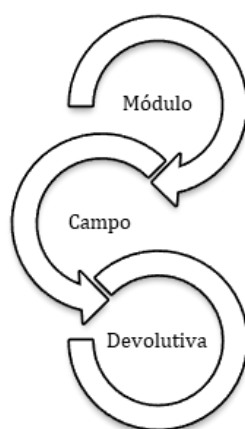
Foram preenchidas 60 vagas, com variações do número de estudantes em cada Escola, mas todos os estudantes interessados puderam participar. Essa variação da quantidade de estudantes de cada escola ocorreu, a partir do interesse e possibilidades de participação, visto que muitos jovens trabalhavam e tinham outros afazeres no horário proposto para a realização do curso. Dos 60 estudantes, 04 não conseguiram concluir o curso, pois começaram a trabalhar ao longo da formação. Assim, foram 56 estudantes cursistas e bolsistas (Bolsa de 150 reais – 05 meses) nos três meses do Curso.

A bolsa foi fornecida para cada estudante como auxílio para o transporte durante o curso, mas como a burocracia atrasou o processo para a instalação das 56 bolsas, o transporte também ficou a cargo da Fiocruz por uma constatação e demanda da equipe e estudantes. A faixa etária dos estudantes participantes foi de 15 – 19 anos,

todos moradores do Distrito Federal de diferentes Regiões Administrativas e estudantes do ensino médio da rede de ensino público.

O Curso aconteceu em três etapas que se desenrolavam semanalmente durante os três meses de duração. A Etapa I – se materializava nos momentos que nos encontrávamos (os 56 estudantes e equipe) na Fiocruz e debatíamos os módulos de conteúdo. Nesse momento, especialistas nas temáticas dos módulos foram convidados a participar das nossas rodas. A Etapa II acontecia nas oito escolas que participaram do projeto, em diferentes dias da semana. A equipe ia a cada uma das escolas para auxiliar os estudantes, onde facilitavam rodas de conversa a partir das metodologias e conteúdo do curso. A Etapa III era o momento de compartilhar, novamente na Fiocruz com estudantes e equipe, as experiências ocorridas no campo. O curso ocorria três vezes na semana durante três meses, seguindo o modelo das três etapas, como ilustra a figura 02, com exceção da semana do *saco cheio* de outubro²¹, que não nos encontramos. Ao final do Curso pedimos uma redação avaliativa de cada estudante sobre como foi participar do curso e o que pensam sobre as temáticas propostas.

Figura 02- Etapas Curso Saúde e Segurança na Escola



Fonte: Elaboração da autora.

Durante os três meses, as Etapas I-II e III ocorriam semanalmente na Fiocruz e nas oito Escolas participantes do projeto. Ao total foram 18 encontros, sendo 16

²¹ Feriado prolongado.

rodas de conversa que ocorreram na Fiocruz somente com os 56 estudantes do Curso Saúde e Segurança na Escola. Ocorreram 06 encontros em seis escolas (36 rodas de conversa) e 05 encontros em duas escolas (10 rodas de conversa), por questões de agenda escolar nem todas as escolas tiveram a mesma quantidade de rodas de conversa. Ao total, participei de 62 rodas de conversa durante esse período, entre as rodas na Fiocruz e nas escolas. Além dos estudantes participantes do Curso Saúde e Segurança na Escola, as rodas de conversa, realizadas nas respectivas escolas dos estudantes, contavam com a participação média de 15 estudantes que assinaram as folhas de presença.

A Educação Entre Pares e o Protagonismo Juvenil foram escolhidos como metodologia do Curso, baseados nos materiais do Programa Saúde na Escola – PSE (60). O Protagonismo Juvenil propõe ao jovem, que na maioria das vezes tem o seu papel passivo na educação formal, uma atuação mais ativa sendo autônomo na construção dos conhecimentos sobre as temáticas que circulam a sua vida.

Esse discurso sobre o protagonismo da juventude tem um marco importante no ano de 1985 com o Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz pela ONU (61). O protagonismo juvenil reconhece a importância da participação ativa de jovens na transformação da realidade social.

A Educação Entre Pares é uma metodologia que busca um processo de ensino e aprendizagem, no qual jovens atuem como facilitadores/mediadores de ações, atividades, debates para outros jovens, em pares. Michael Shiner e Tim Newburn defende três atribuições para o funcionamento, como: a relação entre identificações por idade, gênero, raça, a experiência comum. Pode ser exemplificado como: alguém fica responsável de desenvolver ações para o grupo ao qual pertence (62). Essa metodologia mostra a sua importância na abordagem de temáticas mais delicadas e usualmente não debatidas. As rodas de conversa ocorreram em todos os encontros do curso Saúde e Segurança na Escola. Adriana Moura e Maria Lima ensinam que

Nas rodas de conversa, o diálogo é um momento singular de partilha, porque pressupõe um exercício de escuta e de fala, em que se agregam vários interlocutores, e os momentos de escuta são mais numerosos do que os de fala. As colocações de cada participante são construídas por meio da interação com o outro, seja para complementar, discordar, seja para concordar com a fala imediatamente anterior. (p.100) (63)

Nesse sentido, é importante compreender que as narrativas dos estudantes que compõem essa pesquisa trazem a relação dos corpos dos jovens com suas realidades subjetivas e concretas. Como ensina Camilo Manchola

ver a narrativa não apenas como um conjunto de ferramentas para enriquecer histórias, mas como uma espécie de razão e paradigma em si, o que também significa que ela tem necessariamente um caráter de justiça social - engajado, contextualizado e politizado. (p.8) (59) (Traduzido pela autora)²²

Assim, fica evidente a importância das questões demandadas e localizadas nas construções de valores que não atuem pela agência da racionalidade-científico moderna, de cima para baixo, do global para local. A narrativa na roda de conversa é uma forma de compreender as intersubjetividades e as realidades.

As Escolas

Para as nomeações das escolas escolhi flores do cerrado – que representam a força da primavera e das possibilidades plurais de existir e florir. Abaixo, partilho minhas anotações da escuta do Módulo sobre Diagnóstico Participativo²³ para a apresentação das oito escolas.

A Escola Caliandra situa-se no Paranoá e contou com quatro estudantes participantes. No diagnóstico coletivo trouxeram, de comum acordo, que na escola o que marcava era o individualismo, falta de comunicação e problemas não resolvidos entre a gestão e estudantes. O uso prejudicial de drogas lícitas e ilícitas foi pontuado pelos estudantes como algo recorrente na escola e uso de álcool como o mais constante.

A Escola Ipê se localiza no Itapoã e contou com 12 estudantes no Curso, todos do segundo ano do ensino médio e estavam passando pelo primeiro ano de militarização da escola. Os estudantes trouxeram imagens e mostraram os espaços que ocorrem atividades, refeições. Além disso, trouxeram exemplos da antiga escola

²² ver la narrativa no solo como un conjunto de herramientas para enriquecer historias, sino como un tipo de razón y paradigma en ella misma, lo que significa también que tiene necesariamente un carácter comprometido con la justicia social, contextualizado y politizado (p.8) (59)

²³ O Diagnóstico Participativo foi o encontro com os estudantes, no qual, eles apresentaram suas escolas a partir das suas próprias percepções.

situada no Paranoá, donde vieram quase todos os estudantes da escola Ipê. Nessa antiga escola, sérios problemas de precarização da estrutura impediam um acesso à educação, como goteiras em dia de chuva, ao ponto de ter estudantes com guarda-chuva aberto dentro da sala de aula para não se molhar²⁴. Essa escola estava em construção e tem a quadra descoberta, pegando sol. Foi também compartilhada pelos estudantes, a notícia sobre uma tentativa de assassinato na escola no turno noturno. A questão da falta de diálogo com a gestão foi pontuada, bem como o uso de álcool e outras drogas. Foram elencados também casos de auto cortes, depressão, bullying e tentativa de suicídio entre os estudantes.

Na Colestenia em Sobradinho I, participaram quatro estudantes. Foi uma das primeiras escolas a ser militarizada no DF. Relataram o uso de drogas na escola e que isso não mudou com a militarização da escola, mas sim a cobrança dos policiais sobre questões comportamentais e as maneiras de se vestir e expressar.

A Escola Flamboyant, localizada em Sobradinho I, tinha cinco estudantes no Curso. As questões mais problemáticas na escola eram sobre o consumo de álcool. Havia uma vendinha por ali perto e diversos estudantes chegavam bêbados para a aula no segundo horário. A direção adotou como medida mudar os horários de chegada à aula para o segundo horário, mais tarde, devido aos atrasos. Porém, essas mudanças deixaram os estudantes insatisfeitos, pois acabava prejudicando quem se atrasava de maneira geral, e não resolvia o problema do consumo abusivo de álcool.

A Escola Umburuçu faz parte de Sobradinho II e contou com treze estudantes, que apresentaram a escola na sua disposição material, como a sala de dança, a sala de artes e enfatizaram bastante o bullying e a necessidade do diálogo com a gestão. As drogas foram muito pontuadas também, especialmente o consumo de maconha.

Jacarandá se situa no Cruzeiro. Onze estudantes trouxeram projetos que ocorrem na escola, de teatro, robótica. Trouxeram queixas sobre o tamanho da quadra, e, sobre estudantes que usam drogas e que bebem dentro da escola. O individualismo e a falta de diálogo também foram ressaltados. Relatos de que acontece muito preconceito e machismo na escola. Por ser uma escola integral há

²⁴<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/alunos-do-paranoa-no-df-assistem-a-aulas-com-guarda-chuva-por-caoa-de-goteiras.ghtml>

matérias e horários diferenciados das demais escolas. Em relação ao uso de drogas, relataram alguns estudantes chegando bêbados no primeiro horário e o consumo de maconha dentro da escola.

A Escola Mulungu fica na Asa Norte e contou com oito estudantes. Diagnosticaram falta de diálogo, muitas advertências e que *“um sargento escolhe uma sala de forma aleatória e faz revista de tempos em tempos”*. Os estudantes relatam desconforto em não serem escutados e que demais estudantes usam drogas na escola e arredores, mas isso não é abordado na escola.

A escola Guapuruvu fica na Asa Sul e contou com 04 estudantes. Foi apresentada pela sua diversidade, tem Educação de Jovens e Adultos (EJA) e inclusão, o que mostra pessoas de diferentes faixas etárias na escola, e também pessoas com deficiências. A escola é muito próxima da distribuidora de bebidas, o que facilita o acesso dos estudantes aos bares e há consumo de maconha dentro da escola.

A Equipe

A equipe da Fiocruz atuou diretamente com os estudantes e foi composta por mais três pessoas além de mim. Nossa coordenadora do módulo presencial Educação entre Pares foi Regina Padrão, pedagoga e mestre em educação, uma profissional muito comprometida em busca de justiça e na atuação afetuosa como educadora. Maria Laura Romero integrou a equipe e é educadora popular, advogada e cientista social, há alguns anos discute direitos humanos como integrante das Promotoras Legais Populares (PLP's). Douglas Silva é graduando em História e trabalha com educação, meio ambiente, jovens. Essa equipe dividiu as atividades de docência e organização do curso como: articulação com a escola, convite e escolha dos especialistas, questões com motoristas, lanches, relatórios e o que mais fosse necessário para a produção e realização do Curso. A equipe atuou por meio da Fiocruz.

A Fundação Oswaldo Cruz é uma instituição de pesquisa em saúde pública vinculada ao Ministério da Saúde. Tem atuação na pesquisa e no desenvolvimento técnico - científico da saúde no Brasil. Trabalha com importantes temáticas

relacionadas à saúde de maneira interdisciplinar buscando sempre a popularização da ciência e aproximação com a sociedade. Foi nessa instituição que comecei a me aproximar das relações entre saúde e educação. Atuei na Fiocruz-Brasília pela primeira vez em 2012, quando comecei um estágio no Programa Educação Cultura e Saúde (PECS) sob a coordenação da pesquisadora Luciana Sepúlveda. Conheci a saúde de forma mais holística, não só na ausência de doença. No ano de 2014 fiz o Curso de aperfeiçoamento para planejamento e atuação intersetorial em promoção da saúde na escola, além de participações em projetos relacionados à saúde mental dentro da Rede Saúde e Cultura, como o Circuito de Ocupação Cultural para a Saúde que me trouxeram experiências de escutas em relação a sofrimentos e a saúde mental.

Em 2016 trabalhei como professora temporária em Geografia no Ensino Fundamental, o que me trouxe um pouco de experiência sobre o ambiente escolar. E no ano de 2019 retornei à Fiocruz pelo PECS para compor a equipe do Curso Saúde e Segurança na Escola.

Após essa experiência, em 2020 fui convidada juntamente com Maria Laura para participarmos de rodas de conversa no Instituto Federal de Brasília (IFB- campus Brasília) sobre o uso de drogas e direitos humanos. Participamos de poucas rodas até as atividades serem encerradas devido a pandemia COVID-19. Em 2020, a convite e parceria de Mariana Siqueira, professora de história do Ensino Fundamental da rede pública de educação da Ceilândia, atuamos por três meses juntamente com uma parceira psicanalista/psicóloga no projeto que chamamos de “rodas de saúde mental”, nas quais falávamos sobre sofrimentos passados pelos estudantes, especialmente pela/na pandemia. Esse relato sobre minha trajetória retrata os caminhos e os processos percorridos antes e durante a pesquisa.

O Comitê de Ética

A presente pesquisa foi submetida e aprovada pelos Comitês de Ética da Faculdade de Saúde da UnB pelo CAAEE n° 20832619.3.0000.0030 e da Fundação Oswaldo Cruz pelo CAAEE n° 20832619.3.3001.8027. A submissão para os comitês até a aprovação das duas instituições para a realização da pesquisa durou oito meses.

As questões de pesquisa, preocupações e intenções foram divididas com a equipe e com os estudantes ao longo do Curso. A abordagem e questões de pesquisas, surgiram durante a pesquisa. Os nomes dos estudantes participantes e das escolas são fictícios. Optei por não gravar as rodas de conversa e nem fazer entrevistas individuais, pela delicadeza das temáticas e interesse em compreender essas questões partilhadas de maneira coletiva.

Estrutura da Tese

A tese é composta pela introdução, problema e questões bioéticas de pesquisa, bem como os objetivos, e a abordagem teórico-metodológica. Seguida de três capítulos fundamentados nas narrativas dos estudantes sobre sofrimentos, durante o Curso Saúde e Segurança na Escola e a relação com as violências estruturais. Por fim, as considerações finais.

O primeiro capítulo relata os sofrimentos escutados nas rodas de conversa que são relacionados ao uso de drogas, ao racismo, o proibicionismo, a guerra às drogas. No capítulo dois, a relação do Patriarcado e de diversos sofrimentos relacionados a desigualdades de gênero, raça e classe são abordados a partir de uma análise sobre as estruturas violentas do Estado. No terceiro e último capítulo são abordadas as categorias relacionadas a monocultura das mentes e a militarização das escolas, e, por conseguinte, da vida, e, também a importância da Escuta. A escuta e a relação com a (Bio)ética surgem como possíveis aliadas para uma proposta de uma Escuta Bioética.

A cor do invisível

Raimundo é preto

Raimundo é pobre

Por isto nunca foi pra escola pública de carro

Nunca comprou lanche no Mc Donald

Raimundo não sabe usar o microondas

E muito mal o português

Raimundo olha as pessoas

Dentro dos carros do ano

E pensa que são naves

Que fazem parte de outro universo

Quando fecha as mãos

E seus calos declaram ódio

A propriedade privada

E a ausência de descanso pras costas

Raimundo comeu muita farofa de arroz de ontem no café da manhã

Raimundo limpou muito

Sua bunda com folha de caderno escolar

Manuscrito de poema

Página de livro didático

Raimundo cresceu

Com as pessoas falando de sua cor

E lhe chamando de drogado

Raimundo cresceu em torno de olhares de medo e suspeita

Raimundo quase achou normal
Crescer assim

Dizem que Raimundo é preto
Mas Raimundo pensava
que o invisível
não tinha cor.

Ray Cruz.

CAPÍTULO 1 – Entrando na Roda

Figura 03- Curso Saúde e Segurança na Escola



FONTE: Curso Saúde e Segurança 26/08/2019.

O Curso Saúde e Segurança na Escola teve como objetivo construir estratégias para a prevenção do uso prejudicial das drogas e demais dimensões da violência no ambiente escolar. A equipe do Curso e os estudantes encontraram-se três vezes por semana entre os dias 26 de agosto e 02 de dezembro de 2019. Esses encontros ocorreram tanto na Fiocruz, como nas oito escolas participantes. Os conhecimentos venenosos, como qualifica Veena Das (19), foram essenciais para a reflexão sobre o uso prejudicial das drogas. Todos os encontros contaram com a metodologia da roda de conversa. Não tínhamos e não temos os mesmos valores sobre diversas questões que existiam e ressurgiam ao longo do curso, porém isso não nos impediu de construir reflexões em comum.

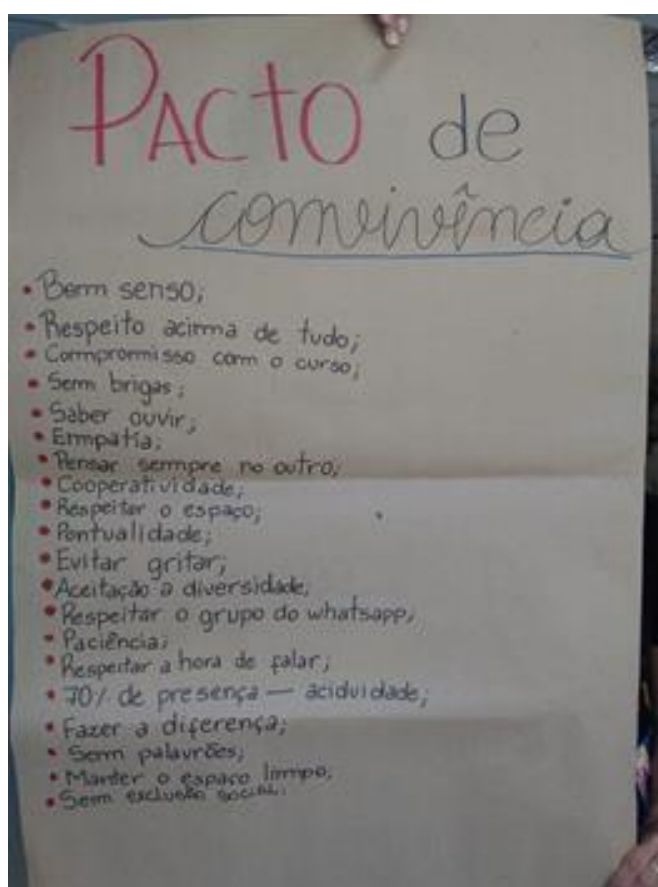
Ao longo do texto, as expressões “roda” e/ou “na roda” são utilizadas quando me refiro às narrativas dos estudantes em diferentes rodas de conversas que fizeram parte dos módulos formativos do Curso.

1.1 A Guerra às Drogas e as Políticas Espaciais: Aqui é Alphaville, mano.

A Fiocruz fica no campus Darcy Ribeiro, no Plano Piloto de Brasília. Os ônibus que traziam os estudantes para o Curso chegavam em horários próximos às 14h00 e partiam às 17h00 horas. As rodas de conversa aconteciam, geralmente, na mesma sala da Escola de Governo da Fiocruz. Nesta sala eram ofertadas outras formações, aulas, defesas de trabalhos, entre outras atividades.

No primeiro dia do curso, eu estava ansiosa e esperava os estudantes no pátio da Fiocruz. Quando chegaram, nos encaminhamos para o auditório para apresentar as propostas do curso, os integrantes da equipe e os estudantes. Criamos nosso Pacto de Convivência, que buscava alinhar nossas ações e reflexões, como mostra a figura 04:

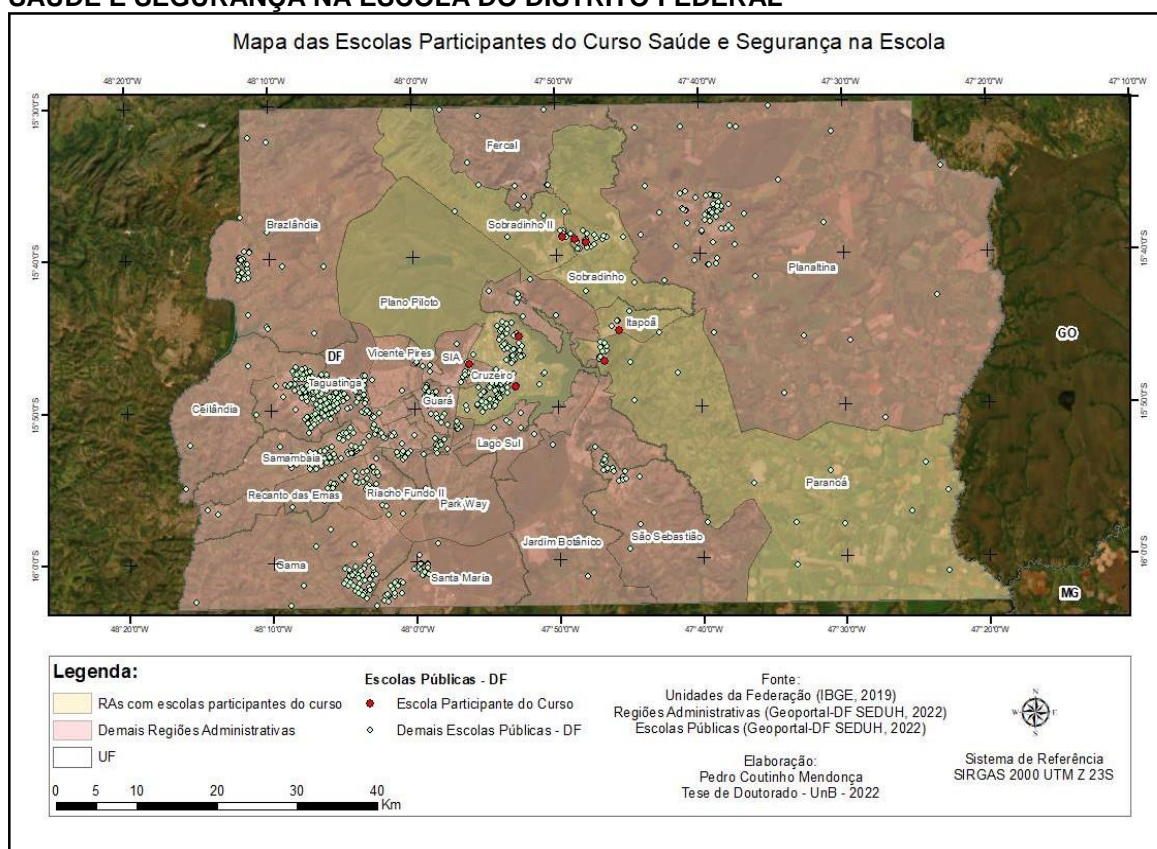
Figura 04- O Pacto de Convivência



FONTE: foto da autora

O pacto de convivência foi criado de maneira coletiva. Todos nós participantes do curso (estudantes e equipes) levantamos o que seria importante para nossa convivência. Um dos primeiros estranhamentos que percebi entre os estudantes, nesse dia, foi referente as diferentes localizações das oito escolas que faziam parte do Curso Saúde e Segurança na Escola. Cícero, estudante da escola Ypê, pontuou que *“tem escola de playboy”* referindo-se as escolas que se localizam no Plano Piloto de Brasília. Abaixo o mapa das Regiões Administrativas, onde as escolas se localizam.

Mapa 01- MAPA DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS COM ESCOLAS PARTICIPANTES DO CURSO SAÚDE E SEGURANÇA NA ESCOLA DO DISTRITO FEDERAL



FONTE: Pedro Coutinho Mendonça, 2022.

O espaço, como ensina Milton Santos, *“é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e ações”* (64), a esse conjunto pertencem categorias como o lugar. Para Yi-Fu Tuan *“o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado”* (p. 83) (65). A denominação, *escola de playboy*, atribuída pelo estudante à localização das escolas que estão no centro político-econômico do DF - Brasília, mostrou que as relações entre estudantes e demais sujeitos/instituições se

diferenciavam de acordo com os significados atribuídos aos espaços, e essa questão esteve muito presente nas narrativas sobre as experiências dos jovens participantes do Curso, de modo geral. “Quando estou no Plano levo baculejo ²⁵, porque sabem que eu não sou daqui. Os policiais já acham que a gente tem coisa pra vender”; “Isso acontece quando eu tô no Plano” disse Eduardo, estudante da escola Guapuruvu.

As diferenças das experiências segundo os deslocamentos de lugares periféricos para as regiões nobres do DF mostraram a estigmatização das regiões mais pobres, assim como o racismo da Segurança Pública nas abordagens e revistas policiais. Por exemplo, em uma atividade realizada durante o Curso *sobre o que é Educação*: A proposta da atividade era representar por mímicas, desenhos, gestos, cenas, o que seria a Educação e suas diferentes modalidades (formal, informal, não formal, entre pares). Um grupo de estudantes apresentou uma cena, que me chamou muita atenção: Andavam três estudantes na rua e todos estavam bebendo, no entanto, somente o estudante negro passou pela revista da Polícia Militar. Ao explicar o porquê escolheram essa representação, o grupo trouxe o racismo como o motivo da abordagem violenta, e, também, o racismo como consequência da “falta de educação”, “desinformação”. Os estudantes comentaram que abordagens violentas da Polícia Militar acontecem mesmo quando não estão bebendo, e que “com os moleques de Águas Claras²⁶ os policiais ficam de boa” em alusão às revistas violentas.

Narrativas que denunciaram racismo aconteceram em **todos** os encontros. Exemplos de situações vividas pelos estudantes, especialmente os estudantes negros, mostraram que a repressão ao uso das Drogas pela Segurança Pública acontece de forma diferenciada quando transitavam pelo DF. Rafael Sânzio dos Anjos ensina que

O Brasil é apontado como a segunda maior nação do planeta com população de ascendência na África e, é com relação a esse povo que são computadas as estatísticas mais discriminatórias e de depreciação socioeconômica ao longo do século XX e XXI. Nos piores lugares da sociedade e do território, com algumas exceções, estão as populações afrobrasileiras. Dessa maneira, ser descendente do continente africano no Brasil, secularmente continua sendo um fator de risco, um desafio para manutenção da sobrevivência humana, um esforço para

²⁵ Termo usado para se referir a abordagem policial, revista.

²⁶ Região Administrativa do Distrito Federal.

ter visibilidade no sistema dominante e, sobretudo, colocar uma energia adicional para ser – estar inserido no território. (p.53) (66)

A valorização de espaços promove a segregação urbana centro-periferia e dos sujeitos que habitam essas regiões. Para Diogo Ciqueira “*ser negra(o) ou branca(o) não possui sentidos e efeitos idênticos em todos os lugares ou regiões no território nacional brasileiro*” (p.74) (67). Andrea Leite Ribeiro ensina que

A história do processo de colonização do Brasil e do processo escravagista deixa marcas fundamentais para a compreensão da forma com que a sociedade se organiza, inclui ou exclui cidadãos. A violência, por meio da tortura e maus tratos a partir do marcador da raça e da etnia, está fortemente presente tanto no manejo dos corpos no período escravocrata, quanto na sociedade atual. (p. 81-82) (23)

Como opera pela lógica da exclusão moderna colonial, o racismo é marcador de espaços em escalas globais/biogeopolíticas e locais/micropolítica. Segundo Kilomba, “*A própria ausência (no centro) da voz da/o colonizada/o pode ser lida como emblemática da dificuldade de recuperar tal voz e como a confirmação de que não há espaço onde colonizadas/os podem falar*” (p.49) (68). Esse silenciamento opera por meio das políticas espaciais e para Kilomba

À primeira vista, a ideia de superioridade não parece estar implícita nos novos racismos, apenas o pensamento inofensivo de que “nós não temos nada contra elas e eles, mas aquelas/es ‘diferentes’ tem seus próprios países para viver e, portanto, devem retornar”, pois a presença delas/es é um distúrbio para a integridade nacional. O racismo é então explicado em termos de territorialidade, supondo uma característica quase natural (p. 113) (68)

As políticas proibicionistas, que constituem à Guerra às Drogas, são políticas espaciais de controle que determinam quais sujeitos e lugares podem ser criminalizados. A escolha do Estado em combater o tráfico de Drogas por meio da segurança armada tem como consequências o aprofundamento de desigualdades, preconceitos e estigmatizações no Brasil.

No ano de 2017, o tenente-coronel Ricardo Augusto Nascimento de Mello Araújo²⁷, comandante da Rota – tropa de elite da Polícia Militar de São Paulo - em entrevista para o sítio Uol (69) definiu como atuam os policiais nas ruas de todo o mundo, assim como os policiais submetidos as suas ordens. Essa atuação acontece,

²⁷ No ano de 2020, Ricardo Araújo foi nomeado pelo presidente Jair Bolsonaro como novo presidente da Ceagesp (Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo).

pelas palavras do policial, com diferentes abordagens com moradores de regiões nobres e periféricas. Para o tenente-coronel

É uma outra realidade. São pessoas diferentes que transitam por lá. A forma dele abordar tem que ser diferente. Se ele (policial) for abordar uma pessoa (na periferia), da mesma forma que ele for abordar uma pessoa aqui nos Jardins (região nobre de São Paulo), ele vai ter dificuldade. Ele não vai ser respeitado. Da mesma forma, se eu coloco um (policial) da periferia para lidar, falar com a mesma forma, a mesma linguagem que uma pessoa da periferia fala aqui no Jardins, ele pode estar sendo grosseiro com uma pessoa do Jardins que está ali, andando. O policial tem que se adaptar àquele meio que ele está naquele momento (69).

A narrativa de Ricardo Araújo mostra que as abordagens policiais são diferenciadas de acordo com os lugares, de maneira pré-estabelecida. Ainda sobre as relações espaciais e a abordagem policial no Brasil, no ano de 2020, o empresário Ivan Storel, residente de Alphaville - bairro nobre de São Paulo, exemplificou bem como as regiões nobres relacionam-se com a Polícia Militar. Após denúncia de violência doméstica efetuada pela esposa de Storel, o empresário recebeu a polícia com as seguintes palavras:

Não pisa na minha calçada, não pisa em minha rua, eu vou te chutar na cara filha da puta, eu vou te chutar na cara. Não pisa na minha calçada. Você é um lixo. Seu merda. Você é um merda de um PM que ganha R\$ 1 mil por mês, eu ganho R\$ 300 mil por mês. Eu quero que você se foda, seu lixo do caralho. Você pode ser macho na periferia, mas aqui você é um bosta. **Aqui é Alphaville, mano** (70)

Apesar da situação supracitada ter ocorrido em São Paulo, essas questões são presentes em todo o Brasil. Os lugares simbolizam quem está autorizado a falar, usar a violência, se relacionar e existir. Para Glaucéria Mota Brasil, Érica Maria Santiago e Marcílio Dantas Brandão, a Segurança Pública Brasileira age “*no uso da suspeição como estratégia de abordagem policial e tem como público-alvo preferencial os jovens pobres negros e moradores das periferias*” (p.3) (71). Desta forma, a juventude, que é o segmento da sociedade mais afetada pelo uso das drogas, é também a que mais sofre pelas abordagens racistas da Segurança Pública do Estado, mostrando que a Guerra às Drogas é focada no extermínio de sujeitos negros e periféricos e não das drogas.

1.2 Racismo e Proibicionismo

Eu pensava que dialogar sobre o uso de drogas seriam questões de difícil comunicação, porém, os estudantes estavam sempre com vontade de participar das rodas de conversa e dialogavam bastante, trazendo relatos sobre suas vivências durante o Curso. Muitos estudantes eram usuários de drogas lícitas e ilícitas e afirmaram que a proibição não faz com que o uso, o consumo e a venda das drogas parem de existir. Sobre o uso das drogas foi de extrema importância, para subsidiar nosso debate, o que nos ensina Antônio Nery:

cada humano consumirá essa ou aquela droga, na medida de suas necessidades subjetivas e sociais. Não são as drogas que fazem os humanos – já foi dito; são os humanos que fazem as drogas ou, se dissermos de outro modo, em função dos buracos/faltas que constituem a estrutura de nossas histórias. Alguns de nossos filhos terão pequenos espaços para as drogas em suas vidas; outros filhos nossos encontrarão mais facilmente nas drogas a possibilidade de suportar o horror da exclusão pelo nascimento. Entre uma história e outra, há todas as possibilidades – a vida é mobile. Nossos nascimentos não são garantias inelutáveis de destino, mas portam a semente do que poderemos ser. Nesse sentido, o uso de drogas será, sempre, indiscutivelmente, uma questão humana. (p.20) (72).

A compreensão do uso das drogas enquanto um fenômeno social complexo permitiu que os nossos diálogos durante as rodas de conversa fossem honestos e que as histórias de vidas pudessem ser compartilhadas. Em uma roda de conversa realizada na Fiocruz, traçamos motivações e consequências sobre o uso de drogas. No quadro 02, as palavras que mais foram citadas na roda de conversa sobre os motivos que levam a usar drogas entre os estudantes.

Quadro 02- Curso Saúde e Segurança na Escola.

Capitalismo	Racismo	Depressão	Fuga da realidade	Medo
Sofrimento	Exclusão	Machismo	Influências	Vício
Segregação social	Preconceito	Problemas	Vontade	Curiosidade

FONTE: Elaboração a partir das narrativas dos estudantes do curso. 2019.

As narrativas dos estudantes durante essa roda sobre as motivações do uso de drogas trouxeram o capitalismo, racismo, preconceito, exclusão, machismo, segregação social como sofrimento e mostraram o lado político dos sofrimentos em relação as opressões do Estado, configurando essas palavras como motivos e consequências do uso de drogas. O medo, a curiosidade, a vontade e as influências foram exemplificadas como motivações para o uso de drogas que fazem parte do cotidiano dos estudantes. O vício apareceu como uma consequência de um uso prejudicial.

A licitude e a ilicitude das drogas sempre foram questões nas rodas. “É proibido, mas todo mundo fuma, *por que a maconha não é legalizada e a bebida é? Maconha é mais de boas*” disse Carol, estudante da escola Jacarandá. “Quando vão legalizar a maconha?” perguntou João, estudante da escola Mulungu. “*Lá na escola todo mundo fuma um*” disse Eduardo em alusão ao uso da maconha. “*E os policiais sempre fazem ronda no estacionamento e baculejo*” completou. A maconha, sem sombra de dúvida, foi a droga ilícita mais citada pelos jovens. O fácil acesso e o preço foram pontuados como facilidades para o uso. O uso da maconha foi associado a momentos lúdicos, a sofrimentos e a transformações como Eduardo, estudante da escola Guapuruvu, compartilhou na roda:

“Eu já fumei com minha mãe. Ela sabia que eu fumava, mas tinha mó preconceito. Quando meu vô morreu ela ficou em depressão durante bastante tempo. Não saía do quarto, não comia. E um dia eu a chamei pra fumar comigo, e ela fumou. A gente conversou como nunca tinha conversado.”

Relatos como o de Eduardo, que mostram função benéfica subjetiva e objetiva da Maconha, foram características de diversas narrativas dos jovens. Muitos estudantes do curso faziam uso de maconha e as relações da proibição com o racismo eram sempre destacadas como parte das vivências desses jovens.

Ao investigar os usos de drogas na história brasileira é possível verificar os antecedentes coloniais sobre a criminalização da maconha, também chamada de fumo da Angola, que mostram raízes escravocratas. Sobre a maconha e a criminalização, a *Coletânea de trabalhos brasileiros sobre a maconha* mostra o racismo das ações governamentais:

Dentre esses males que acompanharam a raça subjugada, e como um castigo pela usurpação do que mais precioso tem o

homem — a sua liberdade — nos ficou o vício pernicioso e degenerativo de fumar as sumidades floridas da planta aqui denominada fumo d'Angola, iitacoltza e dianzbu, e ainda, por corrupção, liamba, ou riamba [...] os negros usam como tabaco, que fumam em cachimbos, e lhes produz o efeito pernicioso do ópio; por isso foi em tempo a sua venda proibida por posturas municipais da Câmara da Cidade do Rio de Janeiro; também lhe chamam liamba e riamba (p.2) (73)

No relatório Mundial sobre Drogas, a Maconha, conhecida cientificamente como *cannabis sativa* é elencada como a substância mais consumida no mundo. Portanto, ao falarmos de Guerra às Drogas estamos falando em grande medida sobre a criminalização da maconha, que também é a droga responsável por colocar mais pessoas em contato com o sistema penal, como afirma Burgieman (74). Essa Guerra, como ensina Andrea Leite Ribeiro “*aprisiona majoritariamente um grupo populacional específico, que é formado por jovens, negros, com baixa escolaridade, com passado de negação de direitos sociais (para a maioria desses)*”. (p.80) (23). O Brasil foi o último país no Ocidente a abolir a escravidão e um dos primeiros países a criminalizar a maconha.

Brenda, estudante da escola Colestenia, falou “*Quem usa drogas são descritos como pobres e sujos, nunca a pessoa arrumadinha, o político, o playboy*”. Andrea Leite Ribeiro nos alerta sobre a relação do racismo e das drogas, que muitas vezes é expresso como “*coisa de preto*” (p.19) (23) e evidenciam o imaginário coletivo racista ao relacionar o corpo negro com o uso prejudicial de drogas e a criminalidade. Esses imaginários sustentam instituições, que funcionam como nos ensina Ana Luiza Flauzina;

Tudo indica que as bases de atuação do sistema penal brasileiro nunca conseguiram se divorciar de seu passado colonial por completo, arrastando para a contemporaneidade vestígios de um direito penal de ordem privada. O projeto que preside sua atuação, portanto, é em grande medida, herdeiro do estatuto escravocrata (p.42) (75).

As relações racistas subjetivas e objetivas da Segurança Pública do Estado Brasileiro são representadas nas falas: “*Eu entrei no mercado e o segurança me seguiu, era o meu cabelo*” disse Pedro, estudante da escola Caliandra. “*A galera acha que seu cabelo é sujo*”, completou Fernando, estudante da escola Caliandra. E sobre a polícia, disse Gustavo, estudante da escola Caliandra “*Sempre acham que tem*

alguma coisa no meu cabelo". Essas reflexões vão ao encontro do que nos ensina Grada Kilomba

mais do que a cor de pele, o cabelo tornou-se a mais poderosa marca de servidão durante o período de escravização. Uma vez escravizadas/os, a cor da pele de africanas/os passou a ser tolerada pelos senhores brancos, mas o cabelo não, que acabou se tornando um símbolo de "primitividade", desordem, inferioridade e não civilização (p.126-127) (68)

Nilma Lino Gomes explica que

regime escravista a "lida" do escravo implicava em trabalhos forçados no eito, na casa-grande, na mineração. Implicava, também, a violência e os açoites impingidos sobre o corpo negro. Dentre as muitas formas de violência impostas ao escravo e à escrava estava a raspagem do cabelo. Para o africano escravizado esse ato tinha um significado singular. Ele correspondia a uma mutilação, uma vez que o cabelo, para muitas etnias africanas, era considerado uma marca de identidade e dignidade (p.21-22) (76)

O cabelo também estrutura o poder do tráfico de drogas na sustentação do patriarcado, pois é usado como ameaça a mulheres que possam trair facções. Os cabelos são raspados como forma de punição, especialmente para as mulheres que traíram seus parceiros, e fazem parte de uma mesma facção, como retratam algumas manchetes na mídia nacional (77).

A mídia, nos nossos diálogos, mostrou importante função sobre as questões relativas às drogas e ao imaginário coletivo racista. Em uma atividade sobre mídias e uso de drogas, Jordana, estudante da escola Flamboyant disse: "*O negro é traficante e o branco é estudante*" referindo-se as reportagens veiculadas por mídias nacionais que reportam pessoas brancas que cometeram crimes como tráfico, por exemplo, como estudantes e empresários e as pessoas negras e periféricas como traficantes e criminosos. Assim podemos compreender, como ensina Tarsila Flores que "*a criminalização e o racismo andam juntas e que isso não seria diferente nas expressões da mídia brasileira*" (p.29) (78).

Como expressa Rita Segato, a raça é signo (79) e como tal, depende de contextos definidos para obter significação. Nesse sentido, a resposta do sistema penal brasileiro sobre o tráfico de drogas ocorre de acordo com a raça e o lugar de moradia dos sujeitos que praticam a infração, mostrando assim a relação intrínseca do sistema penal e dos valores coloniais na discricionariedade da aplicação das leis e

normativas sobre as drogas. São formas de controlar os corpos que podem morrer e operam nos dados de suicídios, homicídios, encarceramento, ou seja, na necropolítica (47) que faz o Estado funcionar, escolhendo quem morre e quem pode (e como) viver.

Esse controle dos corpos pelo Estado é entrave para um debate franco sobre o uso de drogas, pois escutar sobre essas questões é imprescindível para compreender as motivações que levam os jovens a usar drogas e quais são as significações que os usos das drogas representam. Pois, como nos alerta Simone Bedin “*quando os lugares de escuta se tornam exíguos, os atos e os corpos se tornam palcos daquilo que na fala não encontra lugar*”. (p.41) (80).

A importância da informação e do diálogo apareciam em diversas falas, como na do Diego, estudante da escola Ypê, “*Eu achei que ia ser (o Curso) falando que não pode usar drogas, mas acho muito importante falar disso dessa forma*”. A abordagem não proibicionista, dos conteúdos e da equipe do Curso, despertavam interesses nas rodas de conversa com os estudantes cursistas e nos demais estudantes das escolas participantes, por ser um espaço de diálogo. Nesse sentido, as temáticas como a Redução de Danos tiveram muito interesse durante o Curso. A curiosidade sobre os efeitos das Drogas no corpo e a importância do cuidado foram pontuadas como políticas e estratégias necessárias para prevenir o uso prejudicial de drogas.

Pode-se compreender a Redução de Danos como um conjunto de estratégias da Saúde Pública que atua tanto de maneira coletiva, como individual, para reduzir danos relacionados ao uso de drogas. O cuidado enquanto uma política, como a estratégia da Redução de Danos, está inserida na realidade do usuário de drogas afim de evitar um uso prejudicial e maiores danos. Para Andrea Leite Ribeiro, essa perspectiva

atua na lógica da autonomia dos usuários e seus familiares, da clínica ampliada, articulando saberes e práticas, com ações institucionais e extramuros, flexível à demanda dos usuários, encadeando os diferentes pontos da rede formal e informal e garantindo o acesso aos serviços que fazem parte da rede do SUS (p.96) (23)

A Redução de Danos tornou-se antagonista da Proibição em nossos diálogos. O estudante Ítalo falou que “*gostei muito do tema de redução de danos, um momento marcante, pois comecei a olhar por outro ângulo, outra forma de prevenção, de ajudar*

peças de um jeito mais acessível". Essas reflexões traziam a importância de políticas públicas que dialogam com a realidade dos usos de drogas, compreendendo que políticas proibicionistas não acabam com usos de drogas.

A Redução de Danos foca em ações que visam priorizar a saúde, dignidade e a autonomia dos sujeitos, mesmo para aqueles usuários de drogas que não querem interromper o uso ou não conseguem parar o vício. Para Gabriela Nunes "*a Redução de Danos sempre sofreu severa resistência devido ao Proibicionismo, que sempre a compreendeu como contraproducente, pois a tolerância ao uso, mesmo que implicitamente, é encarada como forma de incitar o uso*" (p.39), assim, "*a Redução de Danos surge como um contraponto moral à abordagem deontológica proibicionista às drogas*". (p.66) (22).

Além da perspectiva do criminoso-paciente e do proibir-cuidar pautados pela tutela do Estado, o uso de drogas precisa ser contemplado pela sua pluralidade de usos e significações. Para Gabriel, estudante da escola Colestenia, "*Na sociedade em que vivemos muitas vezes nós precisamos de drogas como uma forma de fuga e de aceitação de grupos, mas usamos também por não saber o que fazer com ansiedade, tristeza, solidão*". Helena, estudante da escola Mulungu, nos contou que nunca havia falado sobre Drogas de forma não proibicionista, "*nem na escola e nem em casa*".

O uso de drogas faz parte do viver, e, inevitavelmente faremos uso de drogas para diversas finalidades em diversas situações, por isso, os diálogos sobre as políticas proibicionistas e o uso de drogas nas rodas de conversa, abordaram os sofrimentos consequentes da Guerra às Drogas, visto que as políticas públicas do Estado Brasileiro não combatem o uso prejudicial de drogas. Na Guerra às Drogas, o Estado deveria assegurar e instrumentalizar Direitos Humanos para a juventude. Entretanto, o que é observado é a construção de políticas públicas que corroboram com o extermínio dos jovens negros. Esse extermínio acontece em territórios no qual a violência é naturalizada como oriunda dos sujeitos e lugares, que é alicerçada por uma visão colonial.

A lógica proibicionista opera pela Colonialidade do Poder, e, assim, o colonialismo, e, portanto, o racismo, apareceu como régua entre as relações dos estudantes negros e de representantes da Segurança Pública Brasileira. Durante o

Curso, um dos nossos estudantes sofreu uma abordagem violenta da Polícia Militar, ao levar dois tapas na cara durante uma revista policial. Ele não conseguiu ler o nome do policial, que estava sem identificação. Esse é um dos milhões de exemplos de violência do Estado Brasileiro contra a juventude negra periférica. O racismo estrutural cria mecanismos para que esse tipo de atitude siga ocorrendo e seja mantido o genocídio negro.

Na Guerra às Drogas, essas vidas são objetificadas e descartadas para movimentar dinheiro e lucro para pessoas influentes, ricas e que habitam regiões nobres. Essa Guerra não é contra as drogas.

1.3 Reflexões acerca da Economia de Drogas

“Quem leva as drogas para a Favela?” “Quem é o grande traficante?” Essas perguntas foram realizadas pelos estudantes durante as rodas de conversas. Os processos de produção, circulação e realização das mercadorias-drogas estão inseridas dentro do mercado capitalista, apesar da ilegalidade.

O mercado das drogas é lucrativo, segundo a UNDOC, o tráfico de drogas tem um lucro de U\$ 320 bilhões ao ano, configurando-se como prática ilegal mais lucrativa do mundo (81). O mercado bilionário das Drogas se sustenta na proibição e nas relações de superexploração do trabalho. Para Kissila Mendes e Pedro Costa

[...]não existe uma “guerra às drogas”, em especial de uma mercadoria tão valorosa como essa. A guerra, ou melhor dizendo, o ataque e extermínio, não é contra a droga-mercadoria, mas à mercadoria força de trabalho que é sobremaneira negra (ou não-branca no geral), pobre, periférica e superexplorada - assim como, cada vez mais, feminina. O(a) mesmo(a) trabalhador(a) que terá sua força de trabalho superexplorada será criminalizado, encarcerado e exterminado. (p.576) (82)

A Guerra às Drogas no Brasil mata sujeitos que não fazem parte dessa Guerra, mata crianças. Segundo os dados do Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil²⁸, no ano de 2020, nos 24 estados em que há dados (exceções são BA, DF e GO), 787 mortes de crianças e adolescentes de 10 a 19 anos são mortes decorrentes de intervenção policial. Esse número representa 15% do total

²⁸ Realizado por Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF)

das mortes violentas intencionais nessa faixa etária, e indica uma média de mais de duas mortes por dia no País (83).

Na escolha de quais drogas serão lícitas e ilícitas é possível perceber que, no Brasil, as drogas lícitas são responsáveis pela maior parte do uso prejudicial e da ocorrência de mortes, como é o caso do álcool e do Tabaco citados no III LNUD (3). No imaginário social, as drogas lícitas são consideradas como “mais leves” ou aquelas que não terão efeitos danosos, como as drogas que são proibidas.

O estereótipo do traficante como homem negro periférico e morador da favela, é distante dos reais empresários das Drogas. A eficiência e benefício da Guerra às Drogas tem cor e classe social. Afinal de contas, o mercado bilionário que as drogas movimentam na economia da Guerra às Drogas crescem nos bolsos de pessoas influentes, como empresários e políticos ricos e brancos, que mesmo com helicópteros portando 445 kgs de cocaína, não são punidos, como é o caso do ex-senador Zezé Perrella (84).

Assim, os usos de drogas na Modernidade são transformados em consumos, criando uma economia de drogas para os mercados ilícitos. As drogas enquanto mercadorias fazem parte de uma cadeia produtiva que gera empregos e rendas, e, por se tratar de uma mercadoria ilegal terá outras relações por consequência da não regulamentação, como o trabalho infantil, informal, escravo e condições extremamente violentas, que recaem sobre as populações mais vulnerabilizadas. Como afirma Daniela Ferrugem, *“O estatuto proibicionista não é apenas um regimento legal, é também econômico, moral, ético e estético. Um estatuto que visa à proibição das drogas, mas que carrega em seu bojo interesses dos mais diversos, com o objetivo final de atender às demandas de um capital global e cada vez mais financeirizado (p.46) (85).*

Desta forma, as políticas públicas sobre Drogas do Estado Brasileiro mostram sua face ineficiente no combate as drogas. Essas políticas públicas fazem parte do que ensina Maíra de Deus Brito *“No Brasil, os corpos racializados são os corpos negros e indígenas que há séculos (sobre)vivem na marginalidade, com políticas públicas excludentes e com a ausência do Estado na execução e na manutenção dos serviços básicos como saúde, educação e segurança”.* (p 100) (86). Além da precarização dos serviços do Estado, a falta de informação e diálogo que a política

proibicionista fomenta é um entrave para a prevenção do uso prejudicial das drogas e demais sofrimentos relacionados a esse fenômeno.

CAPÍTULO 02- A Geopolítica do Silêncio: Paz sem Voz é medo²⁹

Este capítulo abrange as narrativas dos estudantes sobre os sofrimentos relacionados as questões de raça, gênero, classe, e, de vida e morte nas rodas de conversa durante o Curso Saúde e Segurança na Escola. A proposta é compreender o silêncio enquanto uma prática política que corrobora com a violação de direitos humanos.

2.1 – O Mandato da Masculinidade

As relações de gênero apareceram como questões relacionadas com sofrimentos de diversas ordens e relatos sobre violências como: relacionamentos abusivos, abandono parental, violência doméstica, masculinidade tóxica, machismo e homofobias foram narrados por diferentes estudantes nas rodas de conversa durante o Curso.

Na sociedade moderna, essa comunidade moral de homens, geralmente heterossexuais, preocupa-se com a afirmação da masculinidade pela negação não somente da mulher, como dos *Outros*. Os Outros, aqui, são mulheres e homens que não se encaixam na visão moderna-binária de identidade, orientação sexual e demais formas de se expressar.

No Curso, desde as primeiras rodas, os estudantes comentavam sobre machismo. Sempre que falávamos sobre saúde mental, relatos de relacionamentos abusivos entre homens e mulheres eram pontuados. As relações entre homens foram explicitadas a partir de tensões sobre a masculinidade. Gabriel, estudante do curso, trouxe uma importante reflexão: *“ser chamado de viado como xingamento é algo que marca desde quando você é criança. Já fui chamando de viado diversas vezes, pela família e amigos”*.

Questões como *“viado não é xingamento, e sim uma forma preconceituosa de se referir aos gays”* como teceu o estudante Túlio, eram de comum partilha e acordo

²⁹ O Rappa, 1999

entre nós durante o Curso, mas não eram um ponto comum na vivência dos jovens, como escutam em muitos relatos de vivências sobre a masculinidade.

Durante o Curso, assistimos (equipe e estudantes) o documentário brasileiro *O silêncio dos homens* (2016) (87), que escutou mais de 20.000 pessoas e apresenta dados importantes sobre a masculinidade brasileira, como que sete em cada dez homens não falam sobre seus maiores medos e dúvidas com os amigos, que Homens demoram cerca de 20 anos para falar de abusos, entre outras questões.

Na roda de conversa após a exibição do documentário refletimos questões sobre masculinidade e liberdade, e, Luiz – estudante do curso, nos contou que já foi chamado de *viado* por não querer participar de uma briga com agressão física, enquanto outros colegas o incitavam contra um colega de escola.

Essa narrativa moderna masculina é o Mandato da Masculinidade, que segundo Segato faz o homem provar-se o tempo inteiro, “*porque a masculinidade, ao contrário da feminilidade, é um status, uma hierarquia de prestígio, é adquirida como um título e deve ser renovada e sua validade como tal deve ser comprovada.*” (p. 42) (57) (Traduzido pela autora)³⁰. Essa diferenciação de gêneros e papéis sociais do masculino e do feminino apresenta-se em uma epistemologia e ontologia moderna da oposição, ou seja, um tem que vencer e ter poder sobre o outro, dominar. É como nos explica Segato:

O dualismo pluralista do mundo pré-colonial se transforma assim em binarismo moderno: duas estruturas completamente diferentes, já que a ordem binária é a ordem de um, daquele sujeito universal ao qual todas as diferenças, agora minorizadas, são referidas: a mulher será a outra do homem, o heterodoxo em suas práticas sexuais será o outro do hetero-normal, o negro será o outro do branco, o primitivo será o outro do civilizado. (p.68) (57) (Traduzido pela autora)³¹

Essa binarização e rivalização compõem o *script* das relações modernas. São *pedagogias da crueldade*, definidas por Segato como “*a todos os atos e práticas que ensinam, habitam e programam os sujeitos a mudar o vivo e sua vitalidade em*

³⁰ porque la masculinidad, a diferencia de la femineidad, es un status, una jerarquia de prestígio, se adquiere como um título y se debe renovar y comprobar su vigencia como tal.” (p. 42) (55)

³¹ El dualismo pluralista del mundo pre-colonial se transforma así em el binarismo moderno: dos estructuras completamente diferentes, pues el orden binario es el orden del Uno, de esse sujeto universal al cual pasan a referirse todas las diferencias, ahora minorizadas: lá mujer será el otro del hombre, el heterodoxo em sus prácticas sexuales será el otro del hétero-normal el negro será el otro del blanco, el primitivo será el otro del civilizado (p.68) (55)

coisas.” (p.13) (12) (Traduzido pela autora)³². No patriarcado, as Pedagogias da Crueldade são ferramentas para a formatação do que é ser o homem branco heterossexual moderno.

No Brasil, a Igreja Presbiteriana de Pinheiros (São Paulo) apresentou uma série chamada *Homens de verdade: o mandato masculino | Men Up (88)*, que pode ser acessado na plataforma de vídeos *youtube* e discursa sobre masculinidade a partir de um livro que inspirou a temática – *The Masculine Mandate* de Richard Phillips (89). O vídeo versa sobre conceitos trabalhados no livro de Phillips que tem como objetivo preparar os homens para o mandato masculino, enquanto maridos e pais vão ensinar para seus filhos a importância da masculinidade e pontuam o mandato masculino como um estilo de vida submetido a ordem e prerrogativas de Deus sobre o que homem tem que fazer.

Nesse sentido, o mandato da masculinidade - respaldado pelo projeto colonial, exige que homens e mulheres ocupem diferentes papéis sociais na sociedade. Janaína, estudante do curso trouxe um relato sobre sua situação com os irmãos: *“Meu pai não deixa meu irmão lavar a louça, ele é um ano mais novo que eu, e as coisas de casa só eu faço”*. Esses valores sobre o mandato da masculinidade hegemônica mostram os lugares de privilégios que ocupam os homens na sociedade moderna.

A origem desse mandato masculino é concomitante a colonização das Américas na formulação de estruturas sociais que além de racistas, classistas são machistas, mostrando que a história masculina é a história da violência e é a história do Estado moderno, como explica Segato. Um alerta sobre o funcionamento e manutenção desse mandato é a participação dos homens em uma espécie de máfia, ou como explica Segato *“O grupo de pares, ou confrades, constitui, em termos sociológicos, uma corporação ”* (p.48) (57) (Traduzido pela autora)³³.

O corporativismo masculinista apresenta-se de diversas formas. Bruna, estudante do Curso, comentou que: *“Na escola também tem professor que trata a gente diferente dos meninos”*. Exemplificando a definição de papéis sociais que são

³² a todos los actos y prácticas que enseñan, habitúan y programan a los sujetos a transmutar lo vivo y su vitalidade em cosas. (p.13) (12)

³³ El grupo de pares o cofrades, constituye, em términos sociológicos, una corporación. (p.48) (57)

atribuídos para mulheres e homens em suas inter-relações a partir das violências estruturais.

O mandato da masculinidade como esse lugar de (re)produção de moralidades modernas sobre o masculino mostra as tensões entre os homens e os Outros. O perigo dessa subordinação dos Outros que não estão no mandato da masculinidade além da busca da padronização e controle dos corpos, são os usos das violências. Qual a mensagem a ser passada? Como o poder se materializa?

As modalidades de violência, como a violação sexual, estupro e assédio, mostram bem o enunciado a ser passado, assim, como Segato ensina: *“a violência como uma dimensão mais expressiva do que instrumental, que é uma diferença central na compreensão do crime de estupro [...] o que diz o estupro e para quem?”* (p. 41) (57) (Traduzido pela autora)³⁴. Esses enunciados mostram quem está no poder e a quem é permitido ser vítima.

O caso conhecido como La Manada, que tomou repercussão mundial no ano de 2018 na Espanha, em Navarra nos mostra importantes pistas de como opera o corporativismo masculino. Cinco homens, que se nomearam como La Manada, foram acusados de estuprar coletivamente uma jovem mulher de 18 anos, que estava alcoolizada, durante as festas de San Fermín, em Pamplona no ano de 2016. O estupro foi gravado, fotografado e partilhado pelo aplicativo de celular WhatsApp, acompanhados de frases de enaltecimento ao grupo pela ocorrência do crime. A sentença estabelecida pelo tribunal de Navarra concluiu que não configurava agressão social, somente abuso, pois não havia violência ou intimidação da vítima. Um dos Juízes acolheu a tese da defesa dos criminosos de que houve consentimento, mesmo com as evidências do grupo de Whatsapp (que não foi utilizado enquanto prova criminal), no qual os integrantes do grupo discutiram como seria o crime de estupro, o sexo grupal e o uso de sedativos. Esse caso levou trinta mil pessoas às ruas em fortes ondas de protesto em Pamplona (90).

Esse não é um caso isolado, é um desdobramento do sistema mundo-moderno e no mandato da masculinidade, mostra o aparelhamento do sistema de justiça

³⁴ la violencia como una dimensión más expresiva que instrumental, que es una diferencia central para comprender el crimen de violación [...]? que dice la violación y a quien? (p.41) (57)

operando e autorizando o mandato da masculinidade. O comportamento em manada que espera provar-se masculino advém de outros homens e sujeitos, que incentivam, colaboram e ajudam a permanecer as desigualdades de gênero, dado seu lugar de privilégio.

No Brasil, o Caso de Mari Ferrer mostra o funcionamento do Mandato da Masculinidade na absolvição do empresário André Camargo Aranha, que foi acusado de estupro de vulnerável. Mariana Ferrer o acusa de tê-la dopado em uma festa em 2018. Os desembargadores do caso concluíram que não havia provas suficientes para sustentar a acusação de estupro, desde a primeira instância que ocorreu em setembro de 2020, a Vara Criminal de Florianópolis (Santa Catarina) entendeu que André não teria como saber que a vítima não estava em condições para consentir o sexo (91).

Esses enunciados mostram que as estruturas da sociedade que organizam as subjetividades e as violências, como uma linguagem estruturante, que se sustenta contra as mulheres e demais sujeitos que não tem poder no mandato da masculinidade.

‘Larissa, estudante do Curso, nos contou sobre seu irmão gay e a homofobia de seu pai *“meu irmão saiu de casa e foi morar com nossa avó, minha mãe entrou em depressão”*. No estudo *A vulnerabilidade e o desempenho ocupacional de adolescentes vítimas de LGBTfobia no Brasil*, as autoras Andréa Fedeger, Mayra Guimarães, Regina Castanharo e Wanessa Schneider mostram que Lgbtqia+fobia tem consequências que influi diretamente no desempenho familiar, escolar e social no âmbito legislativo e na saúde mental desses jovens, essas questões podem causar sofrimentos de diversas ordens, e sofrimento psíquico como ansiedade, depressão, ideação suicida e tentativas de suicídio (92).

A pesquisa *Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: dossiê 2021* é resultado de diferentes pessoas e instituições com a proposta de aprofundar as reflexões sobre as violações de direitos humanos, dos assassinatos e mortes violentas contra a população LGBTQIA+, partindo de uma base de dados comum com especialistas interdisciplinares. As análises trazem dados que além dos casos de ódio e violência, como os assassinatos, nos casos de suicídios existe relação com a violência estrutural. As 26 mortes por suicídio foram consideradas dentre as 316

vítimas fatais da Lgbtqia+fobia. Essa escolha foi embasada em dados apresentados pelo Conselho de Psicologia de Alagoas, segundo os quais a população LGBTQIA+ apresenta maiores índices de ideação suicida e de suicídios do que pessoas cisgêneras heterossexuais. No Centro-Oeste, território da realização da presente pesquisa, foi considerado como a macrorregião mais violenta comparativamente à sua população (93).

Assim a Lgbtqia+fobia estrutural está relacionada tanto com o passado colonial que estrutura nossas relações atuais em uma sociedade, quanto o simbólico que encara a cis-heterossexualidade como regra. Assim, a naturalização de ações discriminatórias e preconceituosas contra a população LGBTIA+ está presente no cotidiano, não só nas relações com outros sujeitos, como nas relações institucionais.

O Patriarcado e o Mandato da Masculinidade estão inseridos no projeto Moderno, que é racializado, e, esses preconceitos e injustiças estruturais tem como consequência a morte e sofrimento de sujeitos. Como nos explica Arroyo

perder a vida por ser jovem, por ser negro, pobre, periférico. É o medo mais radical. A cor do medo é negra. O primeiro direito humano, o direito à vida, está ameaçado. Será conveniente ampliar essa condição de juventude do medo. Não só a extermínios, mas a ter de viver o direito à vida ameaçado pelo desemprego, subemprego, pela instabilidade e precarização de seus trabalhos, pela precarização dos espaços de seu viver: sem teto, sem transporte, sem-terra, sem serviços públicos de saúde e educação. Viver uma vida tão precária, sem horizonte, sem prazo é ser obrigado a viver na insegurança, no medo (p. 236-237) (94).

A precarização da vida ocorre para todas as pessoas que estão inseridas nesse sistema mundo moderno, porém, as consequências dessa objetificação pesam nos corpos e mentes que não estão inseridas no padrão.

2.2 O Suicídio

A pesquisadora Karen Scavacini explica que “não existe “o suicídio”, e sim “os suicídios”, cada um com sua especificidade e história” (p. 12). Assim, precisamos falar sobre o suicídio, pois “ *pode ser prevenido quando compreendermos que falar abertamente é uma forma de prevenção, pois ao aumentarmos o conhecimento das pessoas a respeito do suicídio, é possível diminuir o preconceito e o julgamento em relação àqueles que morrem em decorrência de tal ato*” (p.16)(95).

No Curso Saúde e Segurança na Escola, realizamos rodas especificamente para falarmos sobre o Suicídio, dado a demanda tanto do corpo docente das escolas, como dos estudantes. Essas demandas apresentaram preocupações com a quantidade de estudantes que estavam praticando automutilação e pelas tentativas de suicídio.

Antes de começarmos a roda de conversa sobre essa temática, conversei com os estudantes sobre a importância de falar sobre o suicídio. Divulguei informações sobre como proceder no enfrentamento ao suicídio, buscando sempre ajuda profissional e conversando sobre os sofrimentos com outras pessoas. Os estudantes mostraram-se interessados nesse debate, além dos próprios sofreres, a intenção em auxiliar e prevenir o suicídio para seus pares por meio de informações corretas foi constante nas nossas rodas de conversa.

Na primeira roda de conversa sobre o suicídio, lancei a pergunta: O que é Suicídio, o que vocês acham que leva alguém a cometer suicídio? No quadro abaixo as palavras que apareceram relacionadas ao Suicídio:

Quadro 03- Palavras sobre suicídio

Sufrimento	Racismo	Remédios	Felicidade momentânea
Falta de amor próprio	Depressão	Machismo	Medo
Não ser escutado	Ser encarado como doido	Falta de afeto	Vazio

FONTE: Elaboração a partir das narrativas dos estudantes do curso. 2019.

Essas palavras foram chaves para o desenvolvimento de narrativas complexas dos estudantes sobre o suicídio nas outras rodas realizadas. Érica, estudante do Curso, falou sobre importância de entender que quem quer cometer suicídio não quer acabar com a vida, e sim “*quer acabar com a depressão e com o sofrimento*”.

Parece paradoxal que quem se mata não quer acabar com a própria vida, porém essa colocação nos atenta a importância de compreender as motivações dos sujeitos com ideação suicida, que significa compreender que o sujeito quando não submetido a essa dor, terá outras ferramentas e escolhas para pensar sobre sua vida e enfrentar seus problemas.

Pablo, estudante do Curso, relatou que havia tentado suicídio duas vezes. Seu sofrimento estava relacionado as relações com seus pais, sobre incompreensão e falta de diálogo. A falta enquanto uma situação apresentou-se em diversos momentos. A falta de diálogo, a falta de acolhimento, a falta de escuta, a falta de amor, a falta de dinheiro. Sobre a falta do diálogo, Karine expressou sofrimento em relação ao morrer e não saber como falar sobre isso:

“Eu passei por algumas perdas na família que mexeram muito comigo. Minha vó faleceu e nós éramos muito próximas. Logo depois que ela faleceu eu sofri uma queda de cabelo muito grande (alopecia) e todo mundo se afastou de mim. Eu sorria para as pessoas, mas eu queria morrer. E nesse momento minha prima foi muito importante, pois ela esteve do meu lado. Um tempo depois ela tentou suicídio, estava em depressão depois de um relacionamento abusivo e depois de uma tentativa ela se matou”.

Karine pediu para ler a carta de despedida que havia recebido da prima, antes de sua prima cometer suicídio. No momento eu senti muito medo, não sabia se era

adequado essa leitura, se isso podia causar sofrimentos tanto para ela, quanto para os outros estudantes, mas ao mesmo tempo, senti que naquele momento precisávamos escutar Karine, caso contrário, a proposta de estarmos ali, compartilhando aquele momento perderia muito sentido. Depois da leitura da carta, em que todos nos emocionamos, Jéssica, uma outra estudante levantou e abraçou Karine, e esse ato foi repetido por todos os presentes na sala, um abraço coletivo.

Narrativas como a de Karine, sobre perder pessoas da família para o suicídio foram também narrativas de outros estudantes, como de Elias, que contou sobre seu primo que sofreu um abuso sexual do próprio irmão. Para essa situação que ocorreu em sua família, a religião teve um papel especial, de proteção, paz para alma. Para Elias “um amigo verdadeiro pode te ajudar a não cometer suicídio”. Essas questões elencadas por esse estudante apareceram como uma espécie de antídoto para o sofrimento.

Em um dia de Curso, no banheiro da escola Ipê, uma estudante que havia tentado suicídio três vezes, estava chorando compulsivamente. Nós da Equipe do Curso já havíamos sido avisados que Mila passava por um período de depressão severa, que ia cerca de uma vez por semana na escola, tomava remédios e era uma preocupação em comum a todos profissionais da escola Ypê. Nesse dia, com permissão da escola, eu e minha parceira Maria Laura fomos ao banheiro e conversamos com Mila. Perguntamos se ela queria conversar, ela aceitou e nos contou que havia passado por violência sexual e estupro com 10 anos de idade. Essa violência sofrida não permitia que ela se sentisse normal e feliz. Escutamos e dialogamos com Mila por cerca de uma hora, trocamos telefones e afetos. Uma semana depois Mila me mandou uma mensagem agradecendo pelo diálogo, que nunca ninguém falou sob essa perspectiva, e que isso foi muito motivador pra ela. Entender que o problema não era ela.

A relação entre esse abuso sexual, sofrido por Mila, e as tentativas de suicídio foram pontuadas por ela como situações relacionadas, que a fizeram se sentir “*sem valor*”.

As narrativas que os estudantes apresentavam sobre se sentir sem valor, insignificante, um nada, mostraram associação com a vontade de morte. Essas

questões foram compreendidas por mim, como o processo inerente do capitalismo, a coisificação da vida, o valor do objeto.

Ravi, estudante do Curso, narrou que já vendeu substâncias psicoativas ilegais e teve depressão durante esse período, além de crises de ansiedade. E como a necessidade de ter dinheiro leva as pessoas pra diferentes caminhos. Ainda sobre a objetificação das pessoas e seus corpos, Nicholas, estudante do Curso, contou que *“Quando eu era mais novo eu era gordinho e eu era muito constrangido por isso”* Conta que pelo preconceito da gordofobia, já tentou suicídio.

Durante o Curso, um amigo muito próximo de Fábria, estudante do Curso cometeu suicídio, e ela dividiu esse acontecimento em uma roda de conversa. Seu amigo, que cometeu suicídio, era um menino gay. Os autores Albuquerque, Botelho e Rodrigues comparam as tentativas de suicídio entre a população heterossexual, homossexual e transgênero. O estudo apresentado pelos autores indica que a população transgênera é a mais propensa a r tentativa de suicídio, seguido de homens gays e bissexuais e mulheres lésbicas e bissexuais, sendo que a população heterossexual apresenta taxas de tentativa de suicídio até 4 vezes menores nas comparações citadas pelos autores (96).

Essas narrativas trouxeram pontos convergentes sobre a violência estrutural e o sofrimento, mostrando que em contramão do que se pensa na medicalização do indivíduo, a saúde mental está relacionada ao sofrimento coletivo, e, portanto, as vivências e realidades da época.

A falta de diálogo e o silêncio sobre essas questões e violências foram pontuadas durante o Curso. O espaço familiar e o espaço da escola mostraram-se como lugares em que não ocorrem debates sobre a saúde mental e sobre o sofrer. Esse silêncio mostra-se como um fator que constitui as relações que os jovens participantes do Curso partilhavam no seu dia -a- dia.

2.3 O Silenciamento

As narrativas de sofrimentos que ocorreram durante o Curso Saúde e Segurança na Escola durante as rodas de conversa versaram sobre a relação entre as violências estruturais que são vivenciadas cotidianamente na vida dos jovens. Essas violências, são resultados de processos históricos, e a manutenção dessas violências é perpetuada por uma (re)produção de signos, símbolos e práticas nos cotidianos da sociedade moderna. E nesse sentido, o silêncio, mais especificamente o silenciamento, é uma estratégia política moderna de colonização da nossa subjetividade.

A pesquisadora Bertha Becker em seu texto: *A Geografia e o resgate da Geopolítica*, retrata que “*Cada vez mais o controle do espaço é utilizado como forma de alternativa de controle social. O modo pelo qual o espaço é apropriado e gerido e o conhecimento desse processo constituem, ao mesmo tempo, expressão e condição das relações de poder*” (p.117) (97). A partir da perspectiva dos estudos sobre a colonialidade - a geopolítica é condição sine qua non da perpetuação da colonialidade do poder. O silêncio que aqui nos preocupa é o silenciamento como uma estratégia colonial de manutenção de matizes de opressão, que é uma tática de poder sob determinados lugares e sujeitos, uma Geopolítica do Silêncio.

Durante as rodas de conversa, a falta de espaço para diálogo era um ponto em comum, mesmo em espaços coletivos como a escola. Os estudantes relatavam que nunca haviam participado de rodas de conversa, e os que haviam participado trouxeram como uma experiência pontual “*há, já participei com o professor de sociologia*”, como disse Fábia.

O silêncio, como afirma Eni Orlandi, não é a ausência, mas a significação, fundação. Um silêncio fundador. Visto que o processo de significação acontece por meio da linguagem, Orlandi distingue a política do silêncio em: silêncio constitutivo e silêncio local. Se no silêncio constitutivo os sentidos das vidas são formados pela presença dos sujeitos em algumas situações discursivas, no silêncio local o sujeito é impedido pela censura de dizer o que pode ser dito, produzindo um enfraquecimento de sentidos. Assim, a censura, produzindo efeitos de falar e silenciar, tem materialidade linguística e histórica. Simbólica e material (98).

A censura é a política da palavra como afirma Orlandi, e afirmamos que a censura constitui a Geopolítica do Silêncio, pois o silêncio imposto por um grupo dominante leva a um processo de produção de sentidos silenciados. Desta forma, elenca quem tem valor ou não. A divisão entre o não-dizer e o dizer impedem o sujeito e a sociedade de serem portadores de suas próprias histórias, os impedem de elaborar sentidos e identidades e prioriza a monocultura da mente (99) e do viver, ao passo que uma única história (a moderno colonial) é considerada a forma de desenvolvimento e vida. Para Venda Shiva *“As monoculturas da mente fazem a diversidade desaparecer da percepção e, conseqüentemente, do mundo. O desaparecimento da diversidade corresponde ao desaparecimento das alternativas. Adotar a diversidade como uma forma de pensar, como um contexto de ação, permite o surgimento de muitas opções”* (p.15) (99).

Pensando a importância da relação entre as narrativas, os discursos e os sentidos que dão fundamento para a materialidade, na censura da palavra e na Geopolítica do Silêncio proíbe-se ao sujeito seu direito de ocupar lugares afetando assim a constituição da identidade desse sujeito e suas demais relações.

Em tempos autoritários, como os que estamos vivendo no Brasil, no governo de extrema direita de Jair Bolsonaro (2018-2022), as ações e políticas apresentam o que Orlandi expõe como uma narcisia social (99). O autoritarismo é uma narcisia social pois impõe a monocultura da mente, do corpo, da raça, do gênero, da sexualidade, da alma, do desejo, e de demais esferas da vida, tentando fixar um sentido único para toda a sociedade.

Em *Notas sobre a branquitude nas instituições*, Aparecida Bento nos ensina que no Brasil, a narcisia social passa pelos mecanismos racistas e

A semelhança entre o perfil das pessoas que ocupam lugares de prestígio e poder nas instituições, majoritariamente masculino e branco, denuncia mais do que a história de racismo no Brasil e uma espécie de “pacto narcísico” nos processos de acesso a esses lugares. Denuncia a prevalência de uma perspectiva, de uma visão de mundo e de interesses de determinado grupo, configurando o que chamamos de branquitude. Produtos e serviços da instituição, prestadores de serviços, projetos sociais, a comunicação institucional, ficam todos marcados por essa branquitude. A entrada na instituição de outros atores sociais, que pode significar mudanças de perspectivas, de funcionamento e de práticas cotidianas, é sentida, por esse grupo, como

ameaçadora. O medo do “outro” pode orientar então as decisões “técnicas e políticas” dessas lideranças. (p. 120) (100)

A branquitude, nas palavras de Lourenço Cardoso, se preocupa em ficar mais branca, em uma espécie de ascensão social - o “*objetivo do branco não-branco brasileiro é tornar-se branco-branco*” (p. 44) (101). A branquitude tem relação com privilégios em diversos espaços e funções e permanece alheia ao debate sobre raça, o que Maria Aparecida Bento ensina que “*A falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais é uma forma de reiterar persistentemente que as desigualdades raciais no Brasil constituem um problema exclusivamente do negro, pois só ele é estudado, dissecado, problematizado*” (p.6)(100).

Lourenço Cardoso tece que essa invisibilidade da branquitude enquanto uma raça, caracteriza a branquitude , pois “*A queda do branco do lugar de universalidade onde se encontrava resultará, primeiramente, em uma postura defensiva, pois qualquer identificação racial, étnica e coletiva seria uma degradação do seu estatuto anterior, enquanto para o negro ocorre justamente o contrário*” (p.11)(101). Desta maneira, a branquitude fica alheia as discussões de raça e não questiona a sua hegemonia. O silêncio como Geopolítica, pois ao se apoiar no silêncio, os privilégios não são ameaçados, como Bento ensina: “*O silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil têm um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana.*” (p. 10) (100).

Nesse cenário de silêncio, silenciamento e censura, o conceito de “Cultura do Silêncio” mostra que o silêncio é o resultado de dominação de poder, construindo sujeitos silenciados, como nos ensina Paulo Freire. Para o autor “*A ‘Cultura do silêncio’, que se gera na estrutura opressora, dentro da qual e sob cuja força condicionante vem realizando sua experiência de ‘quase-coisas’, necessariamente os constitui desta forma.*” (p. 101) (102). Para wanderson flor do nascimento

A voz e a escuta são partes do mesmo processo quando o que temos em questão é a possibilidade do diálogo. A voz, no diálogo, é uma voz dada ou silenciada no próprio movimento do diálogo. Não há diálogo possível se não cremos que a outra pessoa não pode entender o que dizemos (por ser pouco ou nada desenvolvida) ou se achamos que

aquilo que ela tem a dizer não é relevante. O silenciamento é uma das mais eficazes e presentes ferramentas do esquema colonial. Parte do silenciamento implica em internalizar a dinâmica colonial. Colonizar nosso próprio pensamento, colonizar nossa capacidade de aprender, de ensinar, colonizar nossa relação conosco de modo que pensemos que haja, inexoravelmente, na relação com o pensar e com a educação hierarquias que devam funcionar como motores de uma lógica do desenvolvimento. (p.37) (103)

O silenciamento da mente e a Cultura do Silêncio relaciona-se com a militarização da sociedade. Graham em *Urbanism* explica sobre o urbanismo militar ocidental que se acomoda cada vez mais nas regiões do sul global. Para ele, *“a militarização da sociedade civil com a dominação dos valores militares nos cotidianos mostra a face da guerra do dia-a-dia na qual o belicismo é naturalizado e legitimado contra as drogas, os crimes, entre outros (104).* A moralidade militar é uma colonização ocidental permanente da monocultura da mente.

As violências estruturais que ocasionam diversos sofrimentos formam a Geopolítica do Silêncio, onde determinados sujeitos e territórios estão passíveis de enfrentar diversas adversidades e violações de direitos humanos e são sistematicamente silenciados.

CAPÍTULO 03 – Bioética e Escuta: Por uma desmilitarização da vida

Este capítulo apresenta uma análise bioética, a partir da narrativa dos estudantes do Curso Saúde e Segurança na Escola de como a militarização está presente no cotidiano da sociedade. A militarização das escolas e da sociedade de maneira geral, mostram caminhos que seguem para uma militarização da vida.

Outro ponto abordado neste capítulo é a importância da Escuta enquanto uma ferramenta bioética. Essa Escuta pretende-se uma Escuta Bioética, que compreende a importância da ação-reflexão como prática política em busca da justiça social e de uma educação libertadora.

3.1 A militarização das escolas

A *militarização das escolas* faz parte do Programa de Governo Federal e Distrital Brasileiro, desde o ano de 2019. A escola Colestenia e a Ypê foram as únicas escolas participantes do Curso Saúde e Segurança na Escola que experimentam o processo de militarização das escolas do Distrito Federal.

A militarização das escolas públicas brasileiras, as Escolas Cívico Militares, projeto do Governo Federal Brasileiro, conta com a efetivação da Segurança Pública dentro das escolas. A militarização propõe que a institucionalização do poder da polícia militar possa atuar dentro da escola. É uma iniciativa do Ministério da Educação do governo Bolsonaro, em parceria com o Ministério da Defesa, e apresenta um conceito de gestão nas áreas educacional, pedagógica e administrativa com a participação do corpo docente da escola e apoio dos militares. A proposta é implantar 216 Escolas Cívico-Militares em todo o país, até 2023, sendo 54 por ano segundo o site oficial do governo (105).

Esse Programa foi institucionalizado pelo Decreto nº 10.004 de 05 de setembro de 2019 e regulamentado e implantado pela Portaria nº 2.015, de 20 de novembro do mesmo ano, tem como parceiros instituições como: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - Ciência, Tecnologia e Inovação (CGEE) que é uma organização social do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Universidade Federal do

Goiás (UFG), Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), Ministério da Defesa (MD), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP/FDC), Instituto Militar de Engenharia (IME) (106).

No Distrito Federal, as Escolas Cívico Militares começaram enquanto o projeto piloto distrital, que apresenta três esferas de gestão: Gestão Estratégica, PMDF/SEEDF; II - Gestão Disciplinar Cidadã, PMDF, e; III - Gestão Pedagógica, SEEDF. As esferas estão no mesmo grau de hierarquia. A narrativa que sustenta a militarização das escolas é a do combate à violência (Art. 3º, II e VIII), de valores e comportamentos (V) e apoio aos processos de ensino e aprendizagem (VI), entre outros. Buscam ações para *“uma educação de qualidade, bem como construir estratégias voltadas ao policiamento comunitário e ao enfrentamento da violência no ambiente escolar, para promoção de uma cultura de paz e o pleno exercício da cidadania”* (106)

Quatro escolas do Distrito Federal fizeram parte do projeto piloto das Escolas Cívico Militares. A escolha das escolas ocorreu por adesão e enquadro aos critérios do art. 1º, §1º, da portaria conjunta nº 09 de 12 de setembro de 2019, que versam sobre: vulnerabilidade social, índices de criminalidade, de desenvolvimento humano e de educação básica. O artigo 2º qualifica os objetivos da Gestão Compartilhada;

I - Facilitar a construção de valores cívicos e patrióticos aos estudantes das unidades de ensino; II - Formar os discentes com o escopo de prepará-los para o exercício da plena cidadania, conscientes de seus deveres e direitos, em respeito às garantias previstas no art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente e nos arts. 32 e 35 da Lei nº 9.394/96, que estabelece diretrizes e bases da educação em âmbito nacional; III - Melhorar os indicadores de desenvolvimento da educação básica - IDEB nas instituições de ensino contempladas; IV - Buscar maiores índices de aprovação dos estudantes da rede pública de ensino nos certames de acesso às instituições de ensino médio e superior, bem como maior inserção no mundo do trabalho; V - Obter avanços nos parâmetros de segurança pública cidadã na comunidade escolar, por meio da participação integrada da sociedade e dos órgãos públicos, como ferramenta transformadora da gestão do ensino; VI - Diminuir a evasão escolar (106)

Na escola Ypê, alguns estudantes narraram que a relação com os policiais militares no dia a dia, de maneira geral, era tranquila, pois os policiais auxiliavam na fila do lanche e quando os estudantes estavam fora de sala de aula. Para Laiane, estudante do Curso, *“tem uns policiais que são legais, ajudam a gente e conversam, mas tem outros que são ignorantes”*.

A roda que tivemos maior dificuldade de diálogo foi na escola Colestenia. Ao entrarmos na sala, a nossa equipe do Curso foi apresentada pelo professor de Física, que era o responsável pelo horário nessa turma de segundo ano do Ensino Médio. Os estudantes bateram continência (saudação militar) para o professor e depois para nós. O professor se retirou da sala. Muitos estudantes falando ao mesmo tempo, e uma pergunta que me chamou a atenção: *“Moça, vocês vão tirar a polícia daqui?”* O que minha parceira da equipe, Maria Laura, respondeu prontamente: *“Vamos conversar sobre isso?”* Parecia que todos queriam falar ao mesmo tempo, e com dificuldade, conseguimos ter um diálogo sobre a militarização da escola.

Narrativas como *“o policial não deixou eu entrar com meu brinco de argola, disse que era grande”* e *“eles reclamam de piercing e tatuagem e o jeito de se vestir, tem que usar uniforme deles, blusa pra dentro da calça”* foram frisadas. Os estudantes elencaram que a redondeza da escola ficou mais segura, pois antes ocorriam episódios de roubo, mas que os problemas relacionados ao uso de drogas na escola não mudaram e nem mesmo as brigas entre colegas dentro da escola, pois os policiais *“não se metem”*.

Na Colestenia, em conversa com os profissionais da educação e a equipe do Curso, ao questionarmos algumas dúvidas sobre a militarização, nos trouxeram a perspectiva que os policiais não participavam *“do pedagógico”* da escola, e sim ajudavam em algumas questões comportamentais como apoio a escola. Segundo eles *“Alguns estudantes se adiantaram e cortaram o cabelo, sem ninguém requisitar, por exemplo”*. Essa fala de um profissional da educação foi importante para entender a força da coação do aparato militar sobre os jovens estudantes das periferias. Até hoje no Distrito Federal (2022) nenhuma escola da RA I – plano piloto, área elitizada do DF - foi militarizada.

Uma importante reflexão sobre a militarização das escolas e a sua transformação em escolas cívico-militares é sobre a violência. Essa violência é associada a criminalidade e as periferias. Novamente o colonialismo estrutura as relações com sua lente racista ao elencar quais lugares são criminosos e quais não. De qual violência estamos falando? A violência, como ensina Daniela Gontijo:

se revela e se esconde de modos distintos: recrudesce na guerra contra o crime, na criminalização das parcelas mais pauperizadas e no agenciamento da miséria mediante a exportação da juventude negra para o sistema prisional, na expansão do agronegócio sobre as terras indígenas etc. Mas simultaneamente se mascara, modo insidioso, em discursos institucionais, nas agendas políticas de governantes, na ganância da ampliação desenvolvimentista, nas gestões da justiça, da segurança pública e do sistema prisional, na oligarquia da mídia corporativa e na espetacularização da vida (p.57) (107)

Desta forma, a escola militarizada, imbuída da missão de diminuir a criminalidade e trazer disciplina e ordem, fomenta um cenário para que as políticas da inimizade (45) sejam a gramática escolar. O que não é pedagógico dentro da escola? Essa reflexão é importante ao entender que dentro da escola as (re)criações de subjetividades estão em todos os espaços e relações. Os processos ensino-aprendizagem acontecem a todo o momento. Desde a militarização dos comportamentos dentro e/ou fora da sala de aula.

Ainda na escola Colestenia, sai para ir ao banheiro e percebi que do lado de fora dos banheiros das estudantes, que foi o que eu usei, havia um policial esperando. Quando entrei no banheiro vi uma estudante que se olhava no espelho e me assustei com um grito: “*Bora Bárbara, tá meia hora aí*”. Bárbara falou: “*Já vou*” e saiu apressadamente. Essa militarização do corpo corresponde a uma domesticação do mesmo. Para Franz Fanon essa relação do corpo e mundo se diferencia no esquema colonial para os corpos periféricos pois

No mundo branco, o homem de cor encontra dificuldades na elaboração de seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é unicamente uma atividade de negação. É um conhecimento em terceira pessoa. Em torno do corpo reina uma atmosfera densa de incertezas [...] lenta construção de meu eu enquanto corpo, no seio de um mundo espacial e temporal, tal parece ser o esquema. Este não se impõe a mim, é mais uma estruturação definitiva do eu e do mundo – definitiva, pois entre meu corpo e o mundo se estabelece uma dialética efetiva (p.194) (108)

Sueli ensina que “Pobreza tem cor no Brasil. E existem dois Brasis” As desigualdades raciais, os índices altos de violência, assim como os baixos índices de desenvolvimento humano somados com diferentes salários e cargos trabalhistas a serem ocupados, mostra que os lugares periféricos são destinados para população negra (109) A criminalização da pobreza é também onde a militarização encontra abrigo, subjugando assim corpos negros e periféricos.

As escolas Cívico-Militares são uma ameaça ao direito constitucional da escola pública e sua democratização, ao passo que cria uma espécie de escolas privadas-públicas ao diferenciar as regiões e os acessos de estudantes a essa educação militarizada.

O regime militar no ensino público nesse Programa do Governo Federal de extrema direita, além de criminalizar a periferia, fere a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) no artigo 61, que versa sobre os profissionais da educação e determina a atuação dos profissionais nas suas habilidades e especificidades para atuação na escola, que não envolve profissionais militares. E também a Constituição Federal (CF) em uma gestão não democrática da educação, ao passo que a militarização e verbas são para algumas escolas e não para todas. Outra importante questão é diferenciar as escolas militares da militarização das escolas. Erasto Fortes Mendonça tece que

as escolas propriamente militares fazem parte de um sistema específico que não é regulado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), uma vez que o seu Artigo 83 dispõe que o ensino militar é regulado em lei específica [...]. As escolas militares organizam-se com base em rígida hierarquia, férrea disciplina, obediência incontestável aos superiores, proibição de determinados comportamentos socialmente normais em outros ambientes como demonstração de afeto, uso de adereços, cortes personalizados de cabelo, dentre outros elementos que marcam a identidade das pessoas, particularmente em uma fase como a adolescência. O ensino escolar civil, por sua vez, tem seus princípios insculpidos no Artigo 206 da Constituição Federal de 1988 que inclui, dentre outros, igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais, liberdade de divulgar o pensamento, pluralismo de ideias e, especialmente, gestão democrática. (p.623) (110)

No atual processo de militarização das escolas, os policiais não são preparados para atuar no ambiente escolar e também estão sob uma diferente pressão e

exigência do seu trabalho. A violência da profissão policial desencadeia muitas questões e problemas emocionais e sociais, sendo uma categoria de trabalho que tem altos índices de suicídio por conviver com violência e Gabriela Da Silva alerta que *“isso terá consequências para o ambiente escolar, e uma delas pode estar relacionada ao uso da violência policial contra estudantes e professores”* (p.13) (111).

A escola pública brasileira está ameaçada pelo projeto da militarização. Existe resistência a esse modelo e projeto de educação, tanto na comunidade e entre estudantes e familiares, como nos profissionais da educação, pesquisadores, entre outros. A força que o Estado Brasileiro mostra na sua empreitada civilizatória militar opera sob as mesmas opressões estruturais e por meio da violência colonial. A militarização das escolas públicas periféricas se relaciona a novos dispositivos de controle dos corpos e mostra que a violência é do Estado.

Gabriela Tunes da Silva no Estudo sobre a Militarização das Escolas Públicas do DF da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar (CDDH) da Câmara Legislativa explica: *“A militarização das escolas carrega consigo o risco de retirada da autonomia pedagógica e de gestão escolar dos professores e da comunidade escolar, submetendo-os a regras vindas de entidades e profissionais que não passaram por formação pedagógica adequada para atuação nas escolas”* (p.13)(111)

No contexto nacional, Abraham Weintraub foi ministro da Educação do Brasil entre 2019 - 2020 no governo de extrema direita de Jair Bolsonaro. Foi também um dos maiores apoiadores das escolas cívico militares, afirmando que essas escolas fazem parte de um projeto ideológico, afirmou em pronunciamento público que o modelo militar *“é para garantir que esta bandeira verde e amarela nunca vá ser vermelha”* (112).

Essa narrativa apresenta-se para disputar ideologia. Mesmo após o afastamento de Weintraub, que saiu do Ministério da Educação após um ano e dois meses, após diversas falas e ações polêmicas, além de alvo de ações judiciais, os ministros subsequentes representaram os mesmos interesses em constituir o Programa de Governo das Escolas Cívico Militares.

Ao se referir ao âmbito ideológico, é importante destacar a Escola Sem Partido - organização brasileira que há pouco mais de uma década critica o que entendem como doutrinação ideológica de esquerda nas escolas. Essa organização influenciou projetos de lei e parte da premissa que alguns assuntos não podem ser debatidos (como a questão de gênero) na escola por seguirem uma agenda ideológica que fere a neutralidade do Estado Brasileiro. A Organização Escola Sem Partido é uma ameaça aos direitos humanos, ao pluralismo bioético e promove uma agenda de enfrentamento ao conhecimento científico, além da exacerbação de negacionismos e divulgação de preconceitos.

As Escolas Cívico-militares fazem parte da defesa do imaginário militar brasileiro. O imaginário do militar como o certo e o civilizado mostra que a militarização das escolas atende ao projeto de desenvolvimento moderno, que violenta a pluralidade das existências numa tentativa de impor valores e crenças, moralidades e éticas de um grupo específico que se pretende universalizar para construir a militarização da vida e a monocultura da mente.

A militarização das escolas conta com uma polícia que é política e que está inserida dentro da escola, mostrando que o controle dos corpos e das mentes ocorre que dentro das periferias são mediadas violentamente pelo aparato de segurança pública. O Estado que deveria oferecer seus serviços de proteção para os sujeitos, na militarização das escolas, fomenta outra fonte de violências cotidianas contra a juventude.

3.2 A militarização da vida

A militarização da sociedade, ou como aqui chamamos, a militarização da vida, corresponde a uma série de ações que buscam os objetivos do *desenvolvimento e civilidade militar*, reforçando o projeto moderno-colonial. No Brasil, relaciona-se com os massivos ataques a nossa jovem democracia, que no ano de 1988 tem na Constituição Federal a busca da redemocratização, porém nos últimos anos do governo de extrema direita de Jair Bolsonaro, vive em constante ameaça.

Nos anos de 1964-1985 o Brasil viveu sob uma ditadura militar, no contexto geopolítico global da Guerra Fria, que explicitou duas potências mundiais como os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) defendendo o modo de produção Capitalista e Socialista, respectivamente.

A suposta ameaça comunista que o Presidente João Goulart, presidente do Brasil durante os anos de 1961-1964, representava teve como consequência o Golpe Militar - que durou quase 21 anos de repressões, injustiças, torturas e assassinatos. Tempos em que os Direitos Humanos foram negados, e as subjetividades e o imaginário social adquiriram proporções de violência, silêncio e censura. Como nos ensina Alexandre Lima ao pesquisar sobre a ditadura militar brasileira

Essa associação recíproca entre comunismo e "mal" trouxe um estigma para os diversos matizes da esquerda. Para além, o que é tido como "mal" e "inimigo" pela ditadura não se limita aí. Dado os diferentes seguimentos que compuseram a doutrina anticomunista que alicerçou o golpe e a ditadura, e o conjunto de teorias elaboradas dentro do âmbito da segurança nacional e da guerra revolucionária, a repressão e o combate à subversão distenderam-se e também a outras dimensões daquilo que era tido como "mal" e associado com o comunismo. Dimensões da sexualidade, dos afetos, hábitos, das convicções e maneiras de viver, foram todas também matéria-prima para a atuação das engrenagens da polícia política. (p.102) (113)

Na sociedade brasileira, não tivemos a Justiça de Transição. A pesquisadora Ruti Teitel foi a primeira a tecer sobre a *Justiça de Transição* para indicar uma percepção de justiça associada a tempos de mudanças políticas, caracterizados por respostas jurídicas e demais ações para o enfrentamento dos crimes em regimes autoritários e ditaduras. Assim, a Justiça de Transição é um conjunto de ações que objetivam que a transição de um regime ditatorial e violador de garantias fundamentais

caminhe para o campo democrático, com a intenção de assegurar direitos humanos. Essa transição, a Justiça de Transição, de um governo autoritário para um governo democrático tem quatro dimensões fundamentais, segundo Teitel: memória e verdade, reparações, justiça e igualdade perante a lei e reformas institucionais (114).

A memória e a verdade mostram a importância da investigação do passado para construir a cidadania presente e futura, cidadania é indissociável da memória. A verdade dos acontecimentos constitui a memória individual e coletiva, ainda mais em um regime autoritário, na qual várias vítimas foram torturadas e assassinadas injustamente durante a repressão. O silêncio corresponde ao apagamento e silenciamento dos crimes que geraram e geram diversos sofrimentos individualmente e coletivos, pois constituem lacunas no imaginário coletivo sobre nossa identidade enquanto brasileiros.

Costa e González analisam que *“as iniciativas de Justiça de Transição brasileiras foram adotadas tardiamente. A reparação econômica, aspecto central do processo, foi iniciada dez anos após a redemocratização. (p.129) (115)*. Sobre os instrumentos utilizados para a Justiça de Transição, como: Comissões da Verdade, Julgamentos de agentes e oficiais, Leis de Impunidade e/ou Anistia, Reparações econômicas e simbólicas e afastamentos de agentes e oficiais militares, os autores afirmam que o Brasil não julgou e nem afastou os agentes e oficiais envolvidos na Ditadura Militar. A falta de responsabilização penal mostra o lado da fragilidade da democracia brasileira sob a constante ameaça de golpe militar, pois para o segmento militar a impunidade é histórica no Brasil.

Neste sentido, Costa e Gonzalez mostram que, por exemplo, o número de militares no poder no governo de extrema direita de Bolsonaro é maior que durante o governo do General Castelo Branco. Assim *“Os sentimentos de nacionalismo, patriotismo, aliados ao imaginário militar é algo com forte presença em diversos países da América Latina, no entanto, no governo Bolsonaro, a militarização tornou-se uma característica muito forte” (p.217) (115)*.

A militarização durante o governo Bolsonaro tem como consequências a militarização da administração pública brasileira, que mostra que além do preenchimento de funções burocráticas, há o objetivo de implantar a racionalidade militar.

Daniel Andrade explica que após a transição da ditadura para a redemocratização, as forças armadas não passaram por grandes mudanças em suas instituições militares, e sim alterações pontuais, desta forma a cultura organizacional dessas instituições mostram a população e os movimentos sociais como **os outros** que ameaçam a ordem, e não como cidadãos portadores de direitos (116).

Essas subjetividades que constituem o imaginário social mostram uma criminalização dos cidadãos e um entendimento de que os direitos humanos não são necessários, ou ainda, que os direitos humanos são “coisa de esquerda”.

A militarização enquanto método de organização social em diferentes esferas da vida ganhou forma simbólica e material nesses últimos anos de governo de extrema direita. É a forma que o Estado Brasileiro se relaciona com as populações em situação de vulnerabilidade que necessitam dos serviços públicos. A belicosidade das instituições do Estado e das demais relações sociais, mostra pouco espaço para a palavra, para o diálogo.

A colonialidade e a violência são evidenciadas na militarização da vida fazendo parte das políticas de morte que constituem o neoliberalismo no capitalismo. As intervenções militares inerentes a esse sistema mostram a materialização da necropolítica de Mbembe, onde o Estado escolhe quem vive e quem morre (47). O Estado é violento.

A militarização da vida está nos instrumentos que o Estado utiliza para organizar seu território, e de igual maneira, faz parte do imaginário coletivo. A militarização das relações são as políticas de inimizade em uma sociedade de inimizade, como qualifica Mbembe: de que o desejo de extermínio do inimigo, do Outro é um desejo racista que endurece com a militarização das fronteiras, as multiplicações de muros, as expulsões, os genocídios (47).

3.3 Escuta e Bioética

A proposta ao refletir sobre uma Escuta Bioética, nesta pesquisa, é a busca em categorizar a escuta enquanto uma ação-reflexão posicionada politicamente. Para Christian Dunker, a escuta está na educação formal e na educação informal, no educar, cuidar e no processo de aprender e ensinar. O autor define que a paixão da escuta está na abertura para o outro, e a categoriza como escuta lúdica, empática, escuta ativa ou não violenta. E como ponto central da sua defesa: a escuta é uma ética e não uma técnica ou uma ferramenta (117).

Rita Segato faz uma importante diferenciação sobre a lei, moral e a ética (118). A lei tem um discurso pedagógico que cria novos estilos de moralidade e desenvolve sensibilidades éticas diferentes, assim uma lei não basta existir por si só, precisa do seu discurso para completar o sentido. Assim, a moral de uma época, ou de um determinado lugar e/ou projeto histórico são sistemas que tem característica de interação e carregam influencias passadas. Para Segato, o impulso ético é como abordamos criticamente a lei e a moral para considera-las adequadas ou não para uma época. Assim, a pulsão ética permite que as leis sejam contestadas e os valores transformados.

Nesta esteira, a Bioética é a área que a despeito dos valores constituidores busca a ação-reflexão vá além dos comportamentos e padrões que são legitimados e legalizados pela sociedade moderna. Como conceitua Segato, a ética possibilita o estranhamento, pois é também sobre questionar

nosso próprio mundo, qualquer que seja, e revisar a moral que nos orienta e a lei que nos limita. Por isso, podemos dizer que constitui o princípio motor da história dos direitos humanos. Ser ético, entendido desta forma, é acolher a interpelação do intruso, do diferente no nós da comunidade moral, especialmente quando o intruso, em sua intervenção, não pode ou não poderia ter controle material sobre as condições de nossa existência, quando não intervém em nossa vida a partir de uma posição de maior poder (p. 227-228) (118)

A Bioética, assim, na relação com o Outro busca a compreensão de que a escuta pode auxiliar, emprestando um termo da psicanálise, a um diagnóstico para a compreensão do sofrimento (individual-coletivo) a fim de evitar um agravamento. Em relação a associação da escuta enquanto uma prática ética, Dunker analisa que

A partilha do íntimo é uma forma comunitária de estar, de dividir incertezas e promessas. Podemos pensar este comum como

uma origem comum, mas também como um comum porvir, um comum a construir. Tais zonas de indeterminação que constituem o comum e o íntimo podem ser definidas por uma espécie de furo ou de incompletude das esferas. (p.08) (119).

Assim, a Escuta Bioética pode ser compreendida enquanto uma escuta politizada em busca de transformação social dentro das áreas acadêmicas e de pesquisa, mas também como proposição ética objetivando uma sociedade que tenha mais relações em suas comunidades, como um enfrentamento a Geopolítica do Silêncio.

Essa Escuta transcende as caracterizações de uma metodologia científica, visto que a reflexão é indissociável da ação, sendo assim uma prática bioética que busca uma justiça que seja partilhada por nós ao escutarmos nossas histórias, diante da verdade das injustiças ocorridas por um Estado violador. Que possamos respeitar a memória e a verdade de nossas vivências, para que haja reparação histórica, justiça social e transformação do sistema mundo moderno.

A escuta enquanto uma ação que busca dar sentido, significar e ressignificar processos subjetivos e objetivos pretende-se uma Escuta Bioética à medida que compreende a importância da politização das ações coletivas e individuais em busca da justiça social. Pois como afirma Dunker *“Para escutar, é preciso, como fazem o palhaço e o psicanalista, suspender o exercício do poder. Daí que a escuta seja uma atitude ética e política”* (p.32) (119).

Essa relação de inversão de poder sobre escutar pressupõe que nesse diálogo o outro terá voz. Os conceitos de Rita Segato sobre a Antropologia por Demanda e a escuta etnográfica são essenciais para a construção da Escuta Bioética, pois apresentam conjunto de conceitos e argumentos que são capazes de responder as demandas que foram apresentadas (12).

Assim, a escuta é sobre a abertura ao Outro, não enquanto um exercício de alteridade, mas funciona como a legitimação da diferença e do estranhamento, é sobre a diversidade e o pluralismo. A Bioética busca que essa escuta seja possível a partir de um exercício ético e político. Isso significa que essa escuta precisa necessariamente estar conectada aos processos de formação sócio-histórica-espacial que estão na base estruturante da formação do Brasil.

A Escuta Bioética precisa necessariamente abordar as violências coloniais como estruturais da nossa sociedade e ser uma Bioética antirracista, antipatriarcado, antiespecista e libertária. Como nos ensina Fátima de Oliveira (120)

[...] A bioética também não é uma torre de marfim a mais para abrigar médicos biólogos ou as diferentes doutrinas deístas não é mais um feudo da Filosofia ou da Teologia. Ou mais uma associação de juristas e/ou legisladores. E obviamente não se confunde - não pode e não deve ser confundida (como e o desejo e o esforço de muitos) - com a deontologia e/ou com a ética médica posto que os códigos deontológicos tratam da normatização das condutas profissionais e são elaborados por cada profissão. (p.341) (120)

Fátima Oliveira explica importantes características sobre o contexto do surgimento simbólico e subjetivo da Bioética, que pode auxiliar na construção da Escuta Bioética:

Eu particularmente tenho a opinião que a bioética surgiu com uma fisionomia de rebeldia junto com os movimentos de contestação dos anos 70. Na medida em que estes movimentos entraram em descenso os setores conservadores das correntes bioliberais e biofundamentalistas passaram a hegemonizar e ditar os rumos da bioética e a circunscrevê-la a sua parte disciplina ou o que e muito pior tentam conferir-lhe um ar de código moral ou religioso. Está mais do que na hora de devolvermos a bioética a sua rebeldia original o seu pluralismo e o recorte de classe E muito transparente que a bioética que e do interesse dos países ricos só poderá ser aquela na qual eles consolidarão os seus privilégios. Por outro lado, isso induz a compreensão de que esta bioética não é a mesma que respondera de forma satisfatória as necessidades dos países pobres (p346) (120)

Ao defender uma bioética não sexista, antirracista e libertária Fátima Oliveira nos ensina que “*A diferença entre humanos não comporta uma ordem de hierarquia*” (p.347) (120). E como nos ensina Luis Ferreira

A crítica ao racismo deve ser o ponto de partida – não de chegada – para o desenvolvimento teórico da Bioética na sociedade brasileira. Compreender o racismo enquanto problema ético-moral possibilita pensar a Bioética não apenas na tentativa de argumentações que levem apenas a mera

“desconstrução” do sujeito moral. No contexto local brasileiro, é necessária a reorganização da subjetividade do sentido de humano, assim como o estabelecimento de uma consciência social política que construa persistência teórica contra o racismo e o humanismo europeu. (p.85) (121)

Neste sentido, as relações entre escuta e bioética, assim como a construção de uma Escuta Bioética mostram caminhos para o enfrentamento a monocultura da mente e a colonialidade da vida ao assegurar que a pluralidade das histórias precisa ser narrada e escutada.

Nosso tempo é especialista em criar ausências: do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida. Isso gera uma intolerância muito grande com relação a quem ainda é capaz de experimentar o prazer de estar vivo, de dançar, de cantar. E está cheio de pequenas constelações de gente espalhada pelo mundo que dança, canta, faz chover. O tipo de humanidade zumbi que estamos sendo convocados a integrar não tolera tanto prazer, tanta fruição de vida. Então, pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos. E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim.

Ailton Krenak, 2020

CONSIDERAÇÕES

Compreender sofrimentos da juventude a partir de dois fenômenos sociais como o suicídio e o uso de drogas trouxeram importantes reflexões bioéticas para pensar em possíveis ações de enfrentamento a essa questão, durante o Curso Saúde e Segurança no ambiente escolar. Esta tese é constituída de contribuições que envolveram muitas pessoas, histórias de vidas e sentimentos de diferentes lugares. Nada que escrevo aqui seria possível sem o diálogo, e para que isso ocorra, aprendi que precisamos escutar.

O período no qual foi realizado esse processo de doutoramento foram vivenciados em quatro anos de um governo de extrema direita e uma pandemia que violaram nossa existência, e, na qual, o Brasil apresentou por meio de diversos sujeitos e instituições, de maneira fervorosa, suas raízes escravocratas, machistas, homofóbicas e contra a pluralidade e a diversidade das existências.

Desta maneira, vivenciamos nesses anos processos da radicalização e naturalização da violência colonial. Perdemos muito nesses últimos anos. Perdemos pessoas, perdemos direitos, perdemos memórias. E em contrapartida a precarização e a nadificação da vida das pessoas, avançaram.

O *Brutalismo* enquanto uma categoria política de análise proposta por Achille Mbembe mostra que os caminhos da manutenção do poder colonial e ampliação desse projeto funciona por desastres, sejam ecológicos, migratórios, tecnológicos – a combustão do mundo, que reduzem a vida a matéria bruta. Estamos todos, em âmbito planetário, fazendo parte do “*desejo de violência e de endogamia e o crescimento das ansiedades ocorrem num contexto de conscientização – muito mais acentuada do que antes – da nossa finitude espacial.* (p.25) (122).

E, portanto, não há como não construir novos caminhos que não sejam antirracistas, antiespecistas e que não possam escutar e aprender com signos de diferentes projetos históricos, como a exemplo dos projetos afrodiaspóricos e indígenas. Ailton Krenak em seu texto *O eterno retorno do encontro* nos ensina

Os nossos encontros, eles ocorrem todos os dias e vão continuar acontecendo, eu tenho certeza, até o terceiro milênio, e quem sabe além desse horizonte. Nós estamos tendo a oportunidade de

reconhecer isso, de reconhecer que existe um roteiro de um encontro que se dá sempre, nos dá sempre a oportunidade de reconhecer o Outro, de reconhecer na diversidade e na riqueza da cultura de cada um de nossos povos o verdadeiro patrimônio que nós temos, depois vêm os outros recursos, o território, as florestas, os rios, as riquezas naturais, as nossas tecnologias e a nossa capacidade de articular desenvolvimento, respeito pela natureza e principalmente educação para a liberdade. (p.102) (123)

Ao falar sobre uma educação para a liberdade, uma reflexão que me acompanhou durante as participações nas rodas de conversa do Curso Saúde e Segurança na Escola foi poder escutar em muitas rodas, estudantes falarem: **Eu nunca havia falado sobre isso**. A presença dessa frase nas rodas de conversa, mostraram que além do diálogo, da voz e da escuta, vivências que nunca foram divididas sejam partilhadas e muitas vezes identificadas com outros sujeitos e ressignificadas.

A ressignificação do sofrimento por meio da fala mostra a importância da constituição de novas memórias. Assim, como na Justiça de Transição que busca uma reparação histórica com o objetivo de garantir a verdade e a memória, assim, a Escuta Bioética pode ser uma brecha, como no texto do subcomandante Insurgente Galeano (124) *El Muro y la Grieta - Primer Apunte sobre el Método Zapatista* é feita a alusão do capitalismo como o muro – o sistema hegemônico - e as *grietas* como as brechas para adentrar esse muro. As brechas segundo Walsh são

Aprender a pensar a partir do universo da totalidade e aprender a pensar e agir em suas periferias, fissuras e rachaduras, onde modos - outros, pequenas esperanças habitam, brotam e crescem. As rachaduras tornaram-se parte da minha localização e do meu lugar. Eles são parte integrante de como e onde me posiciono politicamente, epistemicamente, eticamente e estrategicamente. (p.14) (125) (Traduzido pela Autora) ³⁵

Essa experiência do doutoramento e participar do Curso Saúde e Segurança na Escola trouxe a possibilidade da escuta por meio da ação-reflexão bioética. Porém é necessário destacar que o Estado Brasileiro funcionou como explica Rita Segato - o Estado entrega com uma mão o que já retirou com outra (57). Desta maneira, não compreendemos que as ‘soluções’ para a transformação social e enfrentamento das injustiças e violações de direitos serão ofertadas pelo Estado. Mas, buscamos uma

³⁵ desaprender a pensar desde el universo de la totalidad y aprender a pensar y actuar en sus afueras, fisuras y grietas, donde moran, brotan y crecen los modos-otros, las esperanzas pequeñas. Las grietas se han convertido en parte de mi localización y lugar. Son parte integral de cómo y dónde me posiciono política, epistémica, ética y estratégicamente. (p.14) (125)

ação-reflexão das experiências que são marcadas pela lógica do Estado para que possamos reforçar os nossos laços de solidariedade, comunidade, educação e ciência para o enfrentamento do projeto histórico moderno e da colonialidade da vida.

Sobre o Estado Brasileiro, no ano de 2022 – no fim do processo desta tese de doutoramento – aconteceu as eleições brasileiras presidenciais e o candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi eleito pela terceira vez como presidente da República Federativa Brasileira. Essas eleições foram históricas por diversos fatores, desde a aliança de partidos historicamente rivais, como a união de diversos segmentos da sociedade para a oposição de um governo de extrema direita.

Após a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, grupos de pessoas começaram a reunir-se nas ruas para uma série de atos golpistas por todo o Brasil. Com bloqueios de estradas e rodovias, além de acampamentos em quartéis militares, essas pessoas pedem intervenção militar e a invalidação do resultado das urnas da última eleição. Notoriamente um pedido de golpe militar, o que é inconstitucional e configura crime.

Além desse cenário, as defesas de anistia para Bolsonaro e seus aliados foram proferidas poucos dias antes do primeiro turno das eleições de 2022 pelo ex-presidente Michel Temer – um dos articuladores do golpe que culminou no impeachment da presidenta Dilma Roussef – “*o ideal seria fazer um grande pacto nacional*”. O ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio sugeriu que, como o presidente da República tem o benefício de conceder o indulto da graça — O presidente eleito Lula poderia fazer isso com Bolsonaro (126).

Neste sentido, a não responsabilização dos crimes cometidos por Jair Bolsonaro com uma possível anistia, preocupa a democracia e fortalece a extrema direita. Não podemos aceitar que os direitos humanos não sejam respeitados. Não podemos recuar mais.

Estamos em um cenário que Davi Kopenawa (127) nos ensinou, sobre a queda do céu que está a desabar sob todos nós. O próximo governo Lula nos mostra uma perspectiva esperançosa diante tantos retrocessos, porém estamos caindo sem parar dentro da permanente lógica do Estado moderno.

Krenak propõe que já que estamos nessa queda,

Vamos aproveitar toda a nossa capacidade crítica e criativa para construir paraquedas coloridos. Vamos pensar no espaço não como um lugar confinado, mas como o cosmos onde a gente pode despencar em paraquedas coloridos. Há centenas de narrativas de povos que estão vivos, contam histórias, cantam, viajam, conversam e nos ensinam mais do que aprendemos nessa humanidade. (p.14-15) (128)

A queda em um mundo em combustão, mostra que precisamos escutar outras histórias, epistemologias, cosmologias para assim suspender o céu e ampliar nossas subjetividades, como ensina Krenak *“que é a matéria que este tempo que nós vivemos quer consumir. Se existe uma ânsia por consumir a natureza, existe também uma por consumir subjetividades — as nossas subjetividades”*. (p.15) (128). Que possamos ainda resistir com nossas subjetividades que insistem em florescer, em ser a matéria viva, fina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) Brasil. Lei nº 12.852. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. 05/ago./2013. Presidência da República, Brasil.
- (2) UNODC. Organização das Nações Unidas. O Relatório Mundial sobre Drogas. Produzido por Organização das Nações Unidas em 2020. Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/wdr2021.html> . Acessado em 03/ maio /2021.
- (3) FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz. III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira (LNUD). 2017. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/34614> . Acessado em 07/ maio /2021.
- (4) BRASIL, DEPEN. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Penitenciário. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen/sisdepen> 2022. Acessado em 23/ setembro /2022.
- (5) FBSP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança. 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-15/> . Acessado em 17/ outubro/2022.
- (6) OMS. Organização Mundial da Saúde. Prevenindo o Suicídio. Organização Mundial da Saúde. 2014. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/131056/9789241564779_eng.pdf;jsessionid=47BF6CA9E2A90472AE0392B2AFD754E7?sequence=1 . Acessado em 09/ abril /2021.
- (7) BRASIL. MS. Ministério da Saúde. Perfil epidemiológico dos casos notificados de violência autoprovocada e óbitos por suicídio entre jovens Secretaria de Vigilância. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_33_final.pdf . Acessado em 17/ outubro/2021.
- (8) MS. Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social da

- Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde. 2018. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/obitos_suicidio_adolescentes_negros_2012_2016.pdf . Acessado em 21/março/2021.
- (9) OPAS. Pandemia Covid 19 aumenta fatores de risco para suicídio. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/10-9-2020-pandemia-covid-19-aumenta-fatores-risco-para-suicidio>. Acessado em 03/ maio/2021.
- (10) Oliveira, F. Bioética: uma face da cidadania. Front Cover. Fátima Oliveira. Moderna, 2006.
- (11) Garrafa, V. Da bioética de princípios a uma bioética interventiva. Revista Bioética, v. 13, n. 1, p. 125-134, 2005. Disponível em: http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/97/102. Acesso em: 03/ abril/2021.
- (12) Segato, R. La critica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropologia por demanda. Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Prometeo Libros, 2013.
- (13) Costa LLH, Brant LC. Manifestações de sofrimento: dilemas e desafios para a vigilância em saúde do trabalhador. Physis. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/7KJpzZhmJrqHrfTgQYR3dqd/?lang=pt> Acessado em 02/maio/2021.
- (14) Quijano, A. Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder - 1a edición especial - Ciudad Autónoma de Buenos Aires. CLACSO; Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2020. Disponível em: <https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2020/10/Antologia-esencial-Anibal-Quijano.pdf> . Acessado em 25/ junho/ 2021.
- (15) Quijano, A. “Colonialidade, poder, globalização e democracia.” Novos Rumos, p. 4-28. São Paulo. 2002. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/NOR/NOR0237/NOR0237_02.PDF . Acessado em 05/julho/2021.
- (16) Segato R. Ejes argumentales de la perspectiva de la colonialidad del poder. Revista de la Casa de las Américas. 272:17.2013.

- (17) nascimento. w.f. A modernidade vista desde o Sul: perspectivas a partir das investigações acerca da colonialidade. Padê: Estudos em filosofia, raça, gênero e direitos.
- (18) Sawaia, B.B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In B. B. Sawaia (Org.), As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social (pp. 97-118). Petrópolis, RJ: Vozes. 2001.
- (19) Das, V. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. Cadernos Pagu, n. 37, Julho--Dezembro de 2011.
- (20) Das, V. La antropología del dolor. In: ORTEGA, Francisco A. (Org.). Veena Das: sujetos del dolor, agentes de dignidad. p. 409-436. Bogotá: UNAL, 2008.
- (21) Nussbaum, M. Paisajes del pensamiento: La inteligencia de las emociones. Barcelona: Paidós, 2008
- (22) Neves, G N. O conflito ético entre proibicionismo e redução de danos: análise e contribuições bioéticas / Gabriella Nunes Neves; orientador Dais Gonçalves Rocha. 99p. -- Brasília, 2017.
- (23) Ribeiro, AL. Usuário de drogas em situação de rua numa perspectiva interseccional de raça, classe e gênero: análise bioética da (não) responsividade do sistema de saúde. 2019. 181 f., il. Tese (Doutorado em Bioética) —Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- (24) ONU. Organização das Nações Unidas. O tratado sobre drogas. Drogas: marco legal - United Nations Office on Drugs and crime. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/drogas/marco-legal.html> Acesso em 17/março/2021.
- (25) Brasil. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Diário Oficial da União, de 24.8.24 de agosto de 2006. Presidência da República, Brasil.
- (26) Ponte Jornalismo. Justiça e Guerra às Drogas. EP- 01: Os juízes são heróis? Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wpk_DaTpQ3k&ab_channel=PonteJornalismo. Acessado em 30/ maio /2022.
- (27) BRASIL. MS. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.088/2011, de 23 de dezembro de 2011. Presidência da República, Brasil.

- (28) CONAD. Conselho Nacional Antidrogas. Resolução nº 01/Conad. Publicada no Diário Oficial. Aprova a Política Nacional Sobre Drogas. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/subcapas-senad/conad/atos-do-conad> . Acessado em 23/maio/2022.
- (29) Barcelos, K. R. Wandekoken K. D. Araújo M.D. Quintanilha, B. C.A normatização de condutas realizadas pelas Comunidades Terapêuticas in Saúde em Debate Mar 2021, Volume 45 Nº 128 Páginas 130 – 140.
- (30) Bardi, G., & Garcia, M. L. T. (2022). Comunidades terapêuticas religiosas: entre a salvação pela fé e a negação dos seus princípios. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27, 1557-1566.
- (31) BRASIL. Decreto nº. 9.761/2019, de 11 de abril de 2019. Aprova a Política Nacional Sobre Drogas. Presidência da República, Brasil.
- (32) BRASIL. Decreto nº 4.345/2002, de 26 de agosto de 2002. Institui a Política Nacional Antidrogas e dá outras providências. Presidência da República, Brasil.
- (33) O Globo. Governo censura pesquisa da Fiocruz sobre uso de drogas no Brasil. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/05/29/governo-censura-pesquisa-da-fiocruz-sobre-uso-de-drogas-no-brasil.ghtml> . Acessado em: 15/agosto/2022.
- (34) BRASIL. PLC 037. Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2013. Câmara dos Deputados. Brasil.
- (35) Karam, M.L. Proibição às drogas e violação a direitos fundamentais. *Revista Brasileira de Estudos Constitucionais [recurso eletrônico]*. Belo Horizonte, v. 7, n. 25, jan./abr. 2013.
- (36) Hypolito, L. G. A regulação do mercado da maconha como alternativa à proibição: um estudo do caso uruguaio um estudo do caso uruguaio. Dissertação. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2018.
- (37) Pereira, L. C., Jesus, I. S. D., Barbuda, A. D. S., Sena, E. L. D. S., & Yarid, S. D. (2013). Legalização de drogas sob a ótica da bioética da proteção. *Revista Bioética*, 21, 365-374.
- (38) Cardoso, LLS. Moralidades correntes sobre suicídio em unidades de saúde e seu impacto na assistência: uma análise na perspectiva da Bioética

- de Proteção. 2018. 134 f., il. Dissertação. Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- (39) Observatório de Bioética e Direitos Humanos. Relatório sobre os Direitos Humanos dos Pacientes em Risco de Suicídio. Programa de Pós-Graduação em Bioética da Universidade de Brasília - UnB. 2017. Disponível em: <https://www.observatoriopaciente.com.br/relatorio-sobre-direitos-humanos-dos-pacientes-em-risco-de-suicidio/> . Acessado em 18/julho/2021.
- (40) Nietzsche, FW. Além do Bem e do Mal (tradução de Paulo César de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 2ª ed. 2002.
- (41) Dussel, E. 1492: O Encobrimento do Outro (A Origem do "Mito da Modernidade"): Conferências de Frankfurt. Tradução de Jaime A. Ciasen. Petrópolis, Vozes, 1993.
- (42) Durkheim, E. O suicídio: estudo de sociologia. São Paulo: Martins Fontes. 2000.
- (43) Marx, K. Sobre o Suicídio. São Paulo. Boitempo, 2006.
- (44) Vitenti, L. Los pueblos indígenas americanos y la práctica del suicidio: una reseña crítica. 152 pp. Prometeo Libros. Buenos Aires. 2016.
- (45) Araújo, FA. Das consequências da “arte” macabra de fazer desaparecer corpos: violência, sofrimento e política entre familiares de vítima de desaparecimento forçado / Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2012.
- (46) Sarti. C. A. A dor, o indivíduo e a cultura. Saúde e Sociedade. 10(1): 3-13.2001
- (47) Mbembe, A. Políticas de Inimizade. Lisboa: Antígona, 2017.
- (48) Adichie, CN. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- (49) Garrafa, V. Tealdi, JC. Diccionario latinoamericano de bioética Bogotá: UNESCO - Red Latinoamericana y del Caribe de Bioética: Universidad Nacional de Colombia, 2008.
- (50) Oliveira, N, & nascimento, w.f. Modernidade, Colonialidade e Imperialismo Moral: manutenção de status quo na relação entre países centrais e periféricos. *Revista Brasileira De Bioética*, 14, 1–13.
- (51) nascimento, w. f. Entre a Educação e a Política: A colonialidade. *Revista Sul-Americana De Filosofia E Educação (RESAFE)*.

- (52) Segato, R. L. Que cada povo teça os fios da sua história: o pluralismo jurídico em diálogo didático com legisladores. *Direito.UnB - Revista de Direito da Universidade de Brasília*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 65–92.
- (53) Segato, R. Género y colonialidad: en busca de claves de lectura y de un vocabulario estratégico descolonial. Em: Bidaseca, Karina y Vazquez Laba, Vanesa (Comps.), *Feminismos y poscolonialidad. Descolonizando el feminismo desde y en América Latina*. Ediciones Godot, Buenos Aires: 2011, p. 17-47 2012.
- (54) Holanda, MAF. Por uma ética da (In)Dignação: repensando o humano, a dignidade e o pluralismo nos movimentos de lutas por direitos. 2015. 201 f., il. Tese (Doutorado em Bioética) —Universidade de Brasília. Tese (Doutorado em Bioética) —Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- (55) nascimento, w. f. Por uma vida descolonizada: Diálogos entre a Bioética de Intervenção e os Estudos sobre a Colonialidade. Tese (Doutorado em Bioética) Universidade de Brasília, 2010.
- (56) Feitosa, S. F., & Nascimento, W. F. D. (2015). La bioética de intervención en el contexto del pensamiento latinoamericano contemporáneo. *Revista Bioética*, 23, 277-284.
- (57) Segato, R. *Contra-Pedagogías de la crueldade*. Cidade Autônoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.
- (58) Garrafa, V. Da bioética de princípios a uma bioética interventiva *Revista Bioética*, vol. 13, núm. 1, pp. 125-134 Conselho Federal de Medicina Brasília, Brasil. 2005.
- (59) Manchola-Castillo, C., Garrafa, V. (2019). De la fundamentación a la intervención: una propuesta metodológica (¡narrativa!) para la Bioética de Intervención. *Revista Brasileira De Bioética*, 15, 1-18.
- (60) Brasil. MS. Ministério da Saúde. Educação. Secretaria de Educação Básica. *Adolescentes e Jovens para a Educação Entre Pares: Saúde e Prevenção nas Escolas: Série B. Textos Básicos de Saúde* p. 55. 2011
- (61) ONU. Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz pela ONU. Organização das Nações Unidas.1985. Disponível em: <https://unric.org/pt/juventude/>. Acessado em 20/outubro/2021.

- (62) Shiner, M. Newburn, T. Young people, drugs and peer education: an evaluation of the Youth Awareness Programme (YAP). London: Home Office. Central Drugs Prevention Unit. 1996.
- (63) Moura, A. F.; Lima, M. G. A Reinvenção da Roda: Roda de Conversa, um instrumento metodológico possível. Revista Temas em Educação, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 95–103, 2014.
- (64) Santos, M. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.
- (65) Tuan, Y. F. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.
- (66) Anjos, RSA. Territórios quilombolas: geografias, cartografias & conflitos institucionais. Revista Eixo, Brasília, v. 6, n. 2 (Especial), nov. 2017.
- (67) Cirqueira, Diogo Marçal. Racismo e Experiência do Lugar em Estudantes Negras e Negros. Geografia, Ensino & Pesquisa, Vol. 21 n.2, p. 72-87. 2017.
- (68) Kilomba, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. 244p. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.
- (69) Adorno. L. Abordagem nos Jardins tem de ser diferente da periferia. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/24/abordagem-no-jardins-e-na-periferia-tem-de-ser-diferente-diz-novo-comandante-da-rota/>. Acessado em 20/ outubro/2022.
- (70) Tomaz, K. Morador de condomínio de luxo de SP suspeito de violência doméstica diz que ganha 'R\$ 300 mil' e xinga PM de 'lixo'. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/05/31/morador-de-condominio-de-luxo-de-sp-suspeito-de-violencia-domestica-e-detido-apos-ameacar-e-xingar-pm-de-lixo-veja-video.ghtml>. Acessado em 23/outubro /2022.
- (71) Brasil, G.M.; Santiago, É. M.; Brandão, M. D. A banalidade da violência policial contra jovens pobres, pretos e periféricos na cidade de Fortaleza. Revista Dilemas IFCS-UFRJ, v. 1, p. 169-193, 2020.
- (72) Nery, Antônio. As drogas na contemporaneidade: perspectivas clínicas e culturais / Antônio Nery Filho, organizadores. [et al.].- Salvador: EDUFBA: CETAD,438 p._ (Coleção drogas: clínica e cultura). 2012.
- (73) Brasil. Ministério da Saúde. Serviço Nacional de Educação Sanitária. Maconha: coletânea de trabalhos brasileiros. Rio de Janeiro; Ministério da

Saúde; 2 ed; 1958. 386 p. Livroilus, tab. Memória apresentada ao Segundo Congresso Científico Pan-Americano, reunido em Washington D. C., a 27 de dezembro de 1915

- (74) Burgierman, Denis Russo. O fim da guerra: a maconha e a criação de um novo sistema para lidar com as drogas – São Paulo: Leya. 2011.
- (75) Flauzina, A.L.P. Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito) -Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- (76) Gomes, N.L. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. São Paulo: Autêntica, 2017.
- (77) Bianchi. P. Costa, F. Mulheres são humilhadas e têm cabeças raspadas por traficantes no Rio e na Bahia. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimasnoticias/2016/12/09/mulheres-sao-humilhadas-e-tem-cabecas-raspadas-por-trafficantes-no-rio-e-na-bahia.htm> . Acessado em 25/ outubro/2022.
- (78) Flores, T. Cenas de um genocídio: homicídios de jovens negros no Brasil e a ação de representantes do Estado. 145 f., Dissertação Universidade de Brasília, 2017.
- (79) Segato, R. L. Raça é signo. Série Antropologia. Brasília, n. 373, 2005.
- (80) Bedin, S. Prevenção ao uso de drogas na adolescência: um caminho que inicia pela escuta/ Edna Linhares Garcia, Letiane de Souza Machado, Rayssa Madalena Feldmann organizadoras. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020.
- (81) United Nations Office on Drugs and Crime. World Drug Report 2011. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/dataand-analysis/WDR2011/World_Drug_Report_2011_ebook.pdf
- (82) Mendes, K.T. Costa, P.H.A. Considerações para uma crítica da economia política das drogas no Brasil in Economia política da pena e capitalismo dependente brasileiro. Brasil, 2022.
- (83) UNICEF e FBSP. Fundo das Nações Unidas para Infância. Fórum Brasileiro de Segurança pública. Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil.pdf>

- (84) Fagundes, E. Após 6 anos, ações sobre helicóptero dos Perrella seguem sem solução. Disponível em: <https://noticias.r7.com/minas-gerais/apos-6-anos-acoes-sobre-helicoptero-dos-perrella-seguem-sem-solucao-11122019>
- (85) Ferrugem, Daniela. Guerra às Drogas? Em Pauta, Rio de Janeiro _ 1o Semestre de 2020 - n. 45, v. 18, p. 44 – 54. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- (86) Brito, M. História de vida de mães que perderam os filhos assassinados: “uma dor que não cicatriza”. 2017. 102 f., il. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) —Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- (87) O Silêncio dos Homens. Documentário disponível pelo YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=NRom49UVXCE> Produção: Papo de Homem e Instituto PdH Ano: 2019. Acessado em 20/novembro/2022.
- (88) O Homem de verdade: O mandato Masculino. Men Up. Disponível em: <https://www.ippinheiros.org.br/radio/man-up/o-homem-de-verdade-o-mandato-masculino-ep-23/o>. 2020. Acessado em 20/ novembro/ 2022.
- (89) Phillips, R. D. The masculine mandate. Christian Audio. 2019.
- (90) BBC News Brasil. (2018) O caso de estupro coletivo que chocou a Espanha e está levando milhares para as ruas do país.
- (91) Martins, T. Noberto C.Caso Mari Ferrer: Justiça confirma absolvição de André Aranha. Correio Braziliense. [Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/10/4954081-caso-mari-ferrer-justica-confirma-absolvicao-de-andre-aranha.html](https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/10/4954081-caso-mari-ferrer-justica-confirma-absolvicao-de-andre-aranha.html). Acessado em 23 de outubro de 2022.
- (92) Fedeger, A. M., dos Santos Guimarães, M. N., Castanharo, R. T., & Schneider, W. A vulnerabilidade e o desempenho ocupacional de adolescentes vítimas de IGBTfobia no Brasil. 2021.
- (93) Brasil, Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2021 / Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). – Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2022.
- (94) Arroyo, M. G. Passageiros da noite. Do trabalho para a EJA, itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017.

- (95) Scavacini, K. Histórias de sobreviventes do suicídio. Vita Alere, Benjamin Editorial, p. 132 p. 2018.
- (96) Albuquerque, M. R. T. C.; Botelho, N. M.; Rodrigues, C. C. P. Atenção integral à saúde da população LGBT: Experiência de educação em saúde com agentes comunitários na atenção básica. *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, Rio de Janeiro, abr. 2019.
- (97) Becker, B. K. A Geografia e o Resgate da Geopolítica. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 50, n.2, p. 99-126, 1988.
- (98) Orlandi, E. P. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. 42ed. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1997.
- (99) Shiva, V. Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.
- (100) Bento, M. P. Branqueamento e branquitude no Brasil. *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* Petrópolis, RJ: Vozes p. 25-58, 2002.
- (101) Cardoso, O Branco-objeto: O movimento negro situando a branquitude. Instrumento - *Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*: v. 13 n. 1. 2011
- (102) Freire, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- (103) nascimento. w. f. *Entre apostas e heranças: contornos africanos e afro-brasileiros na educação e no ensino de filosofia no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: NEFI. 2020.
- (104) Graham, S. *Cities under siege: the new military urbanism*. Londres: Verso, 2011.
- (105) Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim). Disponível em: <https://pecim.ibict.br/> . Acessado em 19/junho/2021.
- (106) Distrito Federal, Portaria Conjunta Nº 09, DE 12 de setembro de 2019 (Revogado(a) pelo(a) Portaria Conjunta 22 de 28/10/2020) portaria escola cívicos. Distrito Federal, Brasil. @019.
- (107) Gontijo, Daniela Cabral. *Violência pega? Tese de Doutorado*. p. 373 f., Universidade de Brasília, 2015.
- (108) Fanon, F. *A experiência vivida do negro. Peles negras, máscaras brancas*. Salvador: UFBA, 2008.
- (109) Carneiro, S. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. Autora: Sueli Carneiro Selo Negro. p.192. 2011.

- (110) Mendonça, E. F. Militarização de escolas públicas no DF: a gestão democrática sob ameaça. *RBPAE* - v. 35, n. 3, p. 594 - 611. 2019.
- (111) Silva, G. T. Estudo sobre as escolas Militarização das escolas públicas: Análise do Desempenho Escolar, Disciplina, Segurança e Aspectos Legais. CLDF, 2019.
- (112) Weintraub <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/weintraub-anuncia-instalacao-de-54-escolas-civico-militares/>
- (113) Lima, A. S. Primavera nos dentes: desbunde, anticomunismo e repressão na cidade em quadrinhos (1972-1973). Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília, 2017.
- (114) Teitel, Ruti, Transitional Justice Genealogy (Symposium: Human Rights in Transition) (2003). *Harvard Human Rights Journal*, Vol. 16, 2003.
- (115) Costa, M. P. D., & González, R. S. Justiça de transição, cultura política e legado autoritário no Cone Sul. *Revista sul-americana de ciência política. Pelotas, RS. Vol. 5, n. 1 (2019), p.125-146.* 2019.
- (116) Andrade, D. P. Neoliberalismo e guerra ao inimigo interno: da Nova República à virada autoritária no Brasil. *Caderno CRH*, 34. 2021.
- (117) Dunker, C. *Paixão da ignorância: a escuta entre a psicanálise e educação.* Editora Contracorrente. 2020.
- (118) Segato, R. L. Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. *Mana*, 12, p.207-236.2006.
- (119) Dunker, C. Thebas, C. O palhaço e o psicanalista: como escutar os outros pode transformar vidas / São Paulo: Planeta do Brasil, p. 256 2019.
- (120) Oliveira, F. Por uma Bioética Não-Sexista, Anti-Racista e Libertária. *Estudos Feministas*, 3(2), 331–347. 1995.
- (121) Saraiva, L. A. F. “E lá no mar tem um segredo!”: saúde e cuidado no terreiro: investigação Bioética sobre a cura no Quilombo Santa Rosa dos Pretos – MA. 2022. 233 f., il. Tese (Doutorado em Bioética) — Universidade de Brasília, 2022.
- (122) Mbembe, A. *Brutalismo.* São Paulo: n-1 edições, 2021.
- (123) Krenak, A. *O Eterno Retorno do Encontro.* Novaes, Adauto (org.), *A Outra Margem do Ocidente,* Minc-Funarte/Companhia Das Letras. 1999.
- (124) Galeano. *Subcomandante galeano muros e gritas El Muro y la Grieta.* Primer Apunte sobre el Método Zapatista. Disponível em :

<https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2015/05/03/el-muro-y-la-grieta-primer-apunte-sobre-el-metodo-zapatista-supgaleano-3-de-mayo/> . Acessado em 27/outubro/2022.

- (125) Walsh, C. (Ed.). Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.
- (126) Sobrinho. W. Bolsonaro deve ser anistiado após deixar a Presidência?<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimasnoticias/2022/11/25/bolsonaro-deve-ser-anistiado-apos-deixar-a-presidencia.htm>. Acessado em 25/novembro/2022.
- (127) Kopenawa, D.; Albert, B. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras. 729 p. 2015.
- (128) Krenak, A. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 85p. 2019.